

ACADEMIA MILITAR



**O papel da informação e da tecnologia
na gestão da prevenção de conflitos**

Dissertação para a obtenção do grau de mestre

Peregrino Isidro Wambu Chindondo

Orientador – Prof. Doutor Jaime Nogueira Pinto

Co-orientador – Prof. Mestre Ten. Cor. João Luís Rodrigues Leal

2013

DEDICATÓRIA

Aos profissionais da informação dedico este trabalho, fruto de três vivências em gestão da informação: pré e pós independência nacional angolana, escola da guerra civil angolana e sociedade multifacetada de informação na capital angolana.

É do conhecimento partilhado com cada um de vós que busco esta inspiração e que desejo continuar em futuros trabalhos, para bem das novas gerações.

AGRADECIMENTOS

À Maria Aurora Cerqueira Chindondo, *Lola*, que tem sabido, sem igual, prevenir e gerir com especial talento e carinho os conflitos da nossa vida, mediando-os perante todas as nossas filhas e filhos, irmãs e irmãos, cunhadas e cunhados, sobrinhas e sobrinhos do poder patriarcal herdado.

Às minhas Mãe e Sogra que suportaram a nossa ausência dessa *terra bem quentinha*², em formação já adulta e pelo tempo de espera que as levou do nosso convívio para o inadiável eterno repouso.

Aos Dirigentes de Angola do nosso tempo, pela sua visão reconciliadora, confiança depositada, encorajamentos e apoios incondicionais, em particular de Sua Excelência Senhor Eng.º José Eduardo dos Santos, Presidente da República de Angola.

Ao Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas e Universidade Metodista de Angola, pelo seu espírito de abrangência e promoção da aprendizagem partilhada.

Aos meus Professores em Angola, na Namíbia, na África do Sul, no Reino Unido, na Alemanha, nos Estados Unidos da América, na Suíça e em Portugal.

A todos os que amavelmente me receberam em audiência ou responderam aos meus quesitos académicos, suscitando contributos para a investigação, até mesmo financeiros, pelos cinco Continentes, em especial aos Dirigentes da Consult e Hondjo, Dr. Vicente Leitão e Dr. Rui Câmara Sousa.

À incansável equipa do trabalho de investigação académica da UMA, Universidade Metodista de Angola.

Aos meus orientador e co-orientador deste trabalho.

² Frase da netinha Cunha (angolana com apenas três anos de idade em 2008).

RESUMO

Os actuais modelos de prevenção estratégica de conflitos, na perspectiva analisada neste estudo, estão com algumas excepções, associados a instituições dos serviços de informações dos Estados ou afins, que facilmente são negligenciáveis, à medida que o papel dessas *peessoas de bem* se torna cada vez menos interventivo e os seus actores comprometidos em altas esferas de abordagem multilateral.

Gerir a prevenção de conflitos através de um sistema de informação e tecnologia, é uma pesquisa académica baseada em diversas teorias e práticas de informação e do conhecimento. Além disso, apresenta uma proposta sobre a componente tecnológica, através da criação de um **Centro Digital de Alerta (CDA)** para a colheita e processamento sistemático de informação conflituosa, adaptado a modelos culturais e históricos, de gestão pública e privada de informação, aplicável em Angola.

Designado por **BTIP** (Banco Tecnológico de Informações Preventivas) e fazendo parte do Sistema Nacional de Gestão e Prevenção de Conflitos (SNGPC), o Centro pretende ser uma plataforma digital complementar em aplicação de sistemas e novas tecnologias de informação.

Há que multiplicar e valorizar todas as possíveis capacidades de prevenção face às sociedades modernas, cuja regra é a conflitualidade, por causa da pluralidade, disponibilidade e intensidade de escolhas em informação.

Eis uma proposta auto-sustentável em segurança, preservação e desenvolvimento humano.

É também uma questão de gestão estratégica em economia de recursos, saúde pública e empreendedorismo comunitário.

Palavras-chave: **informação, sensor digital e prevenção de conflitos.**

ABSTRACT

The current conflict prevention models, in the perspective of this study, they are with some exceptions, associated to the State intelligence services or linked, which become neglected while this *bonna fide* entities role become less and less intervening and their actors compromised at the higher levels of the multi-lateral approaches.

Managing conflict prevention by an information and technology system, it is an academic research based upon various theories and practices on information and knowledge. Furthermore, it brings at our attention a technological proposal, by the creation of a digital centre for a systematic gathering and processing of conflict data, adaptable to the current Angolan cultural and historical public and private management information models.

Under the name **TPIB** (Technological Preventive Information Bank) and as part of the National Conflict and Prevention Management System (NCPMS), this Centre it is aimed at becoming a complementary digital platform in the use of new information and technological systems.

There is a need for a multiplier and value effort for all the possible prevention capacities facing modern societies, which have the conflict as a rule, due to the diversity, availability and intensity of existing choices on information.

This is a self-sustainable proposal on security, preservation and human development.

It is as well a matter of strategy in resources economy, public health and the empowerment for communities.

Key-words: **information, digital sensor and conflict prevention.**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Enquadramento	1
Objectivos e metodologia da investigação	4
Formulação do problema	7
Corpo de conceitos	11
CAPÍTULO 1 – A prevenção de conflitos através das novas tecnologias	17
1.1. Situação actual	17
1.2. Matriz de organização do SNGPC (Sistema Nacional de Gestão de Prevenção de Conflitos) e Programas para o Centro Digital de Informação de Alerta	21
CAPÍTULO 2 – Estudo de caso – Angola	29
2.1. Entre a ciência, a tecnologia e os seus utilizadores	29
2.2. Algumas lições do estudo de caso	38
CAPÍTULO 3 – O papel dos utentes da informação conflituosa	44
3.1. A nossa adaptação às tecnologias	44
3.2. Os desafios estruturantes para o mundo novo das tecnologias de ponta	47
CONCLUSÕES	55
ANEXOS	57
Anexo A – Maqueta do Banco Tecnológico de Informações Preventivas	57
Anexo B – Caso prático em gestão de conflitos comunitários urbanos e suburbanos	58
Anexo C – Estatística em gestão de conflitos – Caso de Angola – 2002 a 2010	62
Anexo D – Inquérito académico	63
Anexo E – BTIP	70
Anexo F – Estudo de casos práticos resolvidos	71
Anexo G – O alerta em diversas dimensões	74
Anexo H – Exemplos a ter em conta	81
Anexo I – Síntese Biográfica	82
BIBLIOGRAFIA	83

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Cadeia de comunicação na teoria da comunicação	12
Figura 2 – Perfil tecnológico dos sensores digitais de alerta do Centro Digital de Alerta	24
Figura 3 – Banco de informações preventivas (BTIP)	27
Figura 4 – Processo interactivo da base de dados no Banco Tecnológico de Informações Preventivas	28
Figura 5 – Mapa de Angola, no contexto africano	31
Figura 6 – Estruturas Comunicacionais Pós Conflito em Angola	33
Figura 7 – A forma da nova comunicabilidade	36
Figura 8 – Base de dados e interacção no sistema em segurança de informação	81
Figura 9 – Dois implantes digitais reais e funcionais nos EUA	81
Figura 10 – Uso actual do chip para leitura digital específica	81

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Sobre a importância do SNGPC, através do BTIP	56
Tabela 2 – Inspirada e adaptada aos 5 W (who, where, when, what e why) do modelo anglo-saxónico de gestão da informação	57
Tabela 3 – Resultado do Inquérito sobre “o papel da informação e da tecnologia na gestão da prevenção de conflitos”	62
Tabela 4 – Resultado do Inquérito sobre “o papel da informação e da tecnologia na gestão da prevenção de conflitos”	67
Tabelas 5, 6, 7 e 8 – Representação gráfica percentual do inquérito	69

LISTA DE ABREVIATURAS

BTIP – Banco Tecnológico de Informações Preventivas

CDSA – Centro de Dados e Sinais de Alerta

CHIP – An integrated circuit (Electronics)

GPS – Global Positioning System

INFOTEC – Informação Tecnológica

PDA – Personal digital assistant

SMS – Short messages service

SNGPC – Sistema Nacional de Gestão da Prevenção de Conflitos

INTRODUÇÃO

Todas as flores do futuro estão nas sementes de hoje (Provérbio Chinês).

ENQUADRAMENTO

A nova era digital global³ conduziu-nos a uma visão diferente quanto à gestão dos sistemas de informação, na prevenção geral e específica de conflitos. Com boa organização podemos prevenir muitos conflitos.

A inovação permite ao ser humano estar em alerta, enquanto outros líderes em famílias ou comunidades, políticos, académicos e diplomatas, tentam travar as diversas crises causadas ou impostas pela complexidade da natureza humana.

A informação, transmitida por intermédio de cada vez mais poderosos e sofisticados meios de comunicação, transformou-se em condutora autónoma e instrumento independente, auxiliar incontornável das decisões, e, por isso, é indiscutivelmente um factor determinante qualitativo e é fonte de conhecimento e poder.⁴

Quanto mais sensores tecnológicos são criados ou desenvolvidos em direcção à prevenção de conflitos, mais fica a percepção de que menor é a qualidade da informação posta à disposição dos gestores de bases de dados subsidiários. Faltam assim, de forma estruturada, Centros de processamento específico de informação disponível, necessária e útil, com os melhores recursos.

Em contrapartida, os especialistas em sistemas de rede e processamento de dados, reclamam alguma falta de consideração, atenção e protecção pelos escalões superiores, ao que obtêm como conclusões, ainda que imediata e sequencialmente disseminadas.

Será que, mais um novo Centro fará qualquer ou uma pequenina diferença? Seguramente que não, se tal inteligência e aplicações afins como projectos, não forem ensinados e ensaiados desde o ensino curricular de base, fazendo parte do conteúdo cultural de cada

³ FRIEDMAN, Thomas L. – **O Mundo é Plano: Uma História Breve do Século XXI**. Lisboa: Actual Editora, 2005. ISBN 0-374-29288-4. p. 230.

⁴ DINIS, José António Henriques – **Guerra de Informação: Perspectivas de Segurança e Competitividade**. Lisboa: Edições Sílabo, 2005. ISBN: 972-618-375-8. p. 58.

País e neste caso, Angola. *Instituições e cultura, primeiro; a seguir, o dinheiro; mas desde o princípio e cada vez mais, o factor essencial e recompensador cabe ao conhecimento.*⁵

O conflito, *lato senso*, deverá continuar a caminhar lado a lado com a psicologia, a matemática e, sobretudo, com a nova e veloz linguagem tecnológica do século XXI, uma autêntica revolução cultural moderna, da qual ainda muito se espera como conquistas ou lições.

É aí onde reside o futuro, nesta nova teoria de prevenção em aprendizagem pelas novas gerações, tendo, por base, múltiplos e complexos conflitos actuais.

Há com certeza bastante espaço para que as tecnologias apoiem essa mudança comportamental, agora e tendo como *ratio* um intenso e programado investimento nessa direcção; afinal, da mesma forma que a perturbação das mentes tem diagnóstico e terapia, o incentivo pela ciência também pode ser inspirado, disciplinado, orientado e promovido, com frutos a prazo.

O objectivo desta investigação é, tendo por referência científica alguns dos sistemas tecnológicos já existentes em telecomunicações, informática (anexo H, pág.81), teoria dos jogos e até cálculos matemáticos afins, desenvolver um trabalho integrado por outras áreas do saber como a psicologia, a estatística, a comunicação multissectorial, a educação e o ensino, como principais vias para a estabilidade, sejam quais forem os avanços em tecnologia universal. Mas, a tarefa tem de ser repartida entre os Estados e os particulares, como outrora. Eis os quesitos, as premissas e o fundamento estruturante deste trabalho.

Concentrando e disponibilizando algum tempo e investimento material, o proposto novo Centro Digital para o Alerta pode vir a contribuir, havendo apenas que aplicar a noção de equilíbrio de John Nash⁶.

Nos anos cinquenta do século XX, um grupo de estudantes internacionais incluía jovens angolanos, aprendentes de mudanças da época em terras europeias, nas cidades de Coimbra, Porto e Lisboa. Outros, no entanto, através de diferentes bolsas de estudo, seguiram de forma programada para as Américas.

Um dos seus grandes ideais eram as independências nacionais, embora a investigação académica fosse o instrumento principal de luta, neste caso através do ensino superior.

⁵ LANDES, David S. – **A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres**. Lisboa: Gradiva, 2001. ISBN 978-972-662-804-0. p. 310.

⁶ NASH, John – Robert John Auman, Prémio Nobel de Economia em 2005. Semanário FOCUS. Lisboa. N.º 526 (2005), p. 13-15.

Mas, um dos graves constrangimentos para a consolidação desse propósito, apesar de todos os esforços e estratagemas, era o das sequelas de divisão entre os católicos e os protestantes, componentes civilizacionais cristãs de então.

Para quem viveu essa época, constituía-se num verdadeiro conflito de gerações, sobretudo no Reino Unido ou pelo Médio Oriente e África Subsaariana.

Neste século XXI, já se verifica algum esbatimento de focos mais radicais dessas tendências, à medida que as novas gerações se desfazem das barreiras e dos slogans, passando a habitar o nosso novo mundo virtual, gradualmente tornado real, através de novos instrumentos do conhecimento: a ciência e o pragmatismo tecnológico do *ciberespaço*.

A história, a filosofia, a psicologia, a teologia e outros domínios do conhecimento humano, prevalecem interventores, embora as tecnologias tenham assumido uma nova posição de liderança em informação e comunicação.

Um gráfico estatístico dessa mudança comportamental em cinquenta anos, aponta para uma inflexão das ideologias e entendimentos de grupo, evoluindo para as tecnologias e protecção cada vez mais vincada do bem-estar, conquistado por núcleos pensantes ou melhor organizados no fluxo de dados ou, se assim quisermos chamar, melhor informados e capazes de gerir racionalmente o conhecimento disponível.

O nervo central de todo o castelo ou pirâmide de dados, desde a identificação dos quesitos de informação, à análise sobre cada pedaço de notícia colhida, passando por todo o ciclo de análise, processamento, distribuição, encaminhamento ou disseminação, volta a ser a pessoa-humana, devidamente preparada. (...) *Avec une equipe aussi réduite, ce travail, qui prendrait environ deux ans, coûterait cher.*⁷

Eis, pois, a base do problema em gestão e tecnologias a que esta pesquisa se circunscreve e discerne, numa perspectiva científica e académica.

Este trabalho, que propõe ser uma sementinha em gestão da prevenção de conflitos, contém um modesto contributo para mais uma adaptação das ideias e experiência, aplicáveis às novas tecnologias de informação.

Diz-se da investigação sociológica por África, que o ciclo de conflitos multifacetados nos Países de fraca consolidação institucional varia entre cinco e sete anos.⁸ A ser uma tese sustentável, pese embora meramente académica, com um grande peso de interesse consolidado, no caso proposto deste estudo, Angola estará muito provavelmente, na zona

⁷ OCKRENT, Christine; MARENCHES, Comte de – **Dans le secret des princes**. Le livre de poche. Paris: Stock, 1986. ISBN 2-253-04293-5. p. 165.

⁸ MILLS, Greg – The Economical Development of Africa. Conferência. África: Brenthurst Foundation, 2009-09-25.

da sua implantação geográfica e depois de mais de quarenta anos interpolados de conflitos e todas as suas consequências, entre as exceções àquela regra, no limiar e pela positiva.

Senão, comparemos os dados que podem ser verificados não apenas no perfil de estabilidade geral ascendente, como na assunção de funções estratégicas que gravitam entre as informações disponíveis e compatíveis e o actual estado de mudanças em curso nesse País.

De igual modo, há a referir e a salientar a confiança mútua que gradualmente se volta a depositar entre os angolanos, outrora dramaticamente desavindos, sob diversas influências externas, conflituantes, Leste e Oeste.

Caminha-se de forma evolutiva, cautelosa mas positiva, de geração para geração, com o sentimento de aprendizagem e a necessidade de trabalharmos cada vez mais juntos. Os estudos de caso apresentados nesta investigação são paradigmáticos e representam o culminar expressivo deste argumento introdutório. Tem sido um Deus nos acuda em gestão da prevenção de conflitos, todos os dias, através de investimentos e emoções indescritíveis.

OBJECTIVOS E METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Serviram de padrão metodológico a esta investigação, o recurso à pesquisa de fontes abertas, inquérito a entidades científicas do sector ou próximas, bem como lições aprendidas em outros modelos de gestão da prevenção de conflitos sociais, tecnológicos, académicos, políticos, militares, pessoais, comunicacionais e mesmo civilizacionais.⁹

A base de dados electrónica, que tem servido de referência para uso no proposto Centro Digital de Alerta, resulta do método de segurança por barras, utilizado nos Estados Unidos da América, no Reino Unido ou em outros Países Europeus, sobretudo Escandinavos. Este mesmo sistema é ainda aplicado no comércio electrónico de muitos países avançados.

A tecnologia proposta e designada por Banco Tecnológico de Informações Preventivas, um aplicativo e programa electrónico em vista, aproveitar-se-á dos avanços em tecnologias de informação e comunicação existentes, aplicados à experiência de analistas e processadores de dados, para que a informação especialmente reunida por electrónica, seja colecionada, endereçada, processada e decodificada em segurança, por computadores ou micro processadores, como parte de uma base de dados em sistema de informações (fig. 5, pág. 31).

⁹ SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista – **Metodologia de Pesquisa**. 3.^a ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006. ISBN 9788586804939. p. 114.

A fórmula caracterizadora dos dispositivos, desta proposta, baseia-se na adaptação e incorporação a partir do fluxo de dados comunitários voluntários, em qualquer das suas formas de hardware, uso de um telemóvel actual com um programa específico, cartão exterior adaptável como chip de processamento ou ainda um micro PDA específico de transmissão especial do sinal de alerta, mensagens de SMS ou outras e decorrente presentemente do surgimento de cartões inteligentes ou únicos de identificação. Todo este sistema tem por base uma disciplina educativa e educacional voltada às sementes para a Paz comunitária ou familiar, desde os primeiros anos do programa escolar. A informação que resulte, em prevenção de qualquer conflito, é premiada pelo Centro Digital de Alerta, para onde fluem todos os dados ou sinais de alerta preventivo.

1. Caracterização das fontes

Na história antiga e moderna, os militares e as ciências por eles desenvolvidas, deram um grande contributo para o surgimento de diversas teorias e tecnologias. Grande parte do sucesso de assuntos civis de carácter técnico moderno teve como fonte esse conhecimento e escola.

A Guerra Fria que se desenvolveu em teatros que integraram Países como Angola, Zaire, hoje República Democrática do Congo, Sudoeste Africano, hoje Namíbia, África do Sul, Zâmbia, Moçambique e Rodésia, hoje Zimbabué, à parte das graves perdas humanas ainda não devidamente contabilizadas por falta de uma base de dados adequadamente organizada, acumulou valiosos conhecimentos, que poderão dar uma outra visão e perspectiva sobre o futuro, se bem geridos.

*A base de dados dá mais fontes de conhecimento; ficamos com mais um instrumento para tentar perceber, compreender.*¹⁰

Apesar da diferença de opiniões sobre o papel de temas como a segurança e defesa humanas, a partilha do erário público, o direito e a propriedade da terra, as questões pessoais em Países onde o regime de união de facto é permitido, a diferença e transversalidade das culturas tradicionais locais, a nova iliteracia, as consequências do tráfico de drogas, as novas e complexas endemias, a expansão da pobreza, consequentemente a diferenciação social nos novos Estados; a cultura da incomunicabilidade entre religiões, a má gestão dos sistemas de informação e comunicação, caso a caso, não nos parece tão óbvia a interliga-

¹⁰ FARIA, Helena Aldir – **Media e Opinião Pública**. Lisboa: Academia Militar de Lisboa, 2007. Dissertação de Pós-Graduação, especialidade em Guerra de Informação e Inteligência Competitiva. p. 8.

ção com alguns dos potenciais detonadores de conflitos locais ou globais, no novo ambiente político, social e tecnológico.

Ainda assim, os esforços de carácter internacional, desenvolvidos regularmente por intermédio das Nações Unidas e Organizações afins, passaram a ser pequenos, perante a dimensão do surgimento de novos vectores conflituais e ameaças de poderosos e latentes novos conflitos, muitos dos quais e na sua generalidade são imediatamente identificáveis.

Provavelmente uma das razões é que não haja ainda suficiente investimento nos sectores de formação, educação e uso de tecnologias, com vista à promoção de iniciativas e incentivos para projectos e programas em investigação sobre prevenção de conflitos.

Ainda é pouco conhecida e valorizada em África, a experiência do Centro Carter (EUA), do Comité dos Sábios Africanos (União Africana) ou de diversas outras entidades, fundações e instituições filantrópicas ou pessoas singulares, que têm dado grandes contributos e apostam cada vez mais na prevenção de conflitos, como matéria privilegiada das suas organizações.

Vejamos o caso na região austral de África, do Jurista e Assessor de diversos organismos e Chefes de Estado, Sean Cleary, citado em trabalhos e fóruns internacionais. *O Sean foi um dos arquitectos e impulsionadores discretos das transições na África Austral, primeiro na Namíbia e depois na África do Sul. Trabalhar com ele no dossiê Angola foi um privilégio.*¹¹

Mas fora dos círculos académicos, por vezes, esse nome é politicamente sinónimo de advertências muito desagradáveis, o que certamente desencoraja o espírito de busca de conhecimento tácito, sem o qual dificilmente se atinge a excelência explícita.

O jurista Sean Cleary, cidadão de origem irlandesa, residente na África do Sul, foi um dos pioneiros, no século XX, na criação de estudos científicos sobre prevenção de conflitos em África, uma referência incontornável nessa matéria. Como ele, existirão muitos outros promotores anónimos da moderação inter-relacional e capacitação de novas gerações em semear a Paz.

¹¹ PINTO, Jaime Nogueira – **Jogos Africanos**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008. ISBN: 978-989-626-141-2. p. 420.

2. Formulação do Problema

Prevenir conflitos através de um avançado e adaptável conjunto de pequenos Centros Digitais de Alerta para a gestão da informação e tecnologia.

Pretende-se propor e apresentar um programa digital de alerta para a colheita e processamento sistemático de informação conflituosa, adaptado à cultura e sistema de gestão pública e privada de informação em Angola.

Questão Central

Que papéis podem desempenhar os avanços tecnológicos e os modernos sistemas de informação na redução das animosidades do ser humano?

Questões Derivadas

1ª – As boas práticas em gestão e boa governação, podem ser vistas como denominador exemplar para a estabilidade social entre comunidades de um País?

2ª – Os modelos de democracia ocidental podem desenvolver processos que, uma vez implementados, são adaptáveis e em geral permitem melhores padrões comunicacionais e de estabilidade também em Países Africanos?

3ª – Qual é o papel do ensino, desde a base, como contributo para a prevenção de conflitos?

4ª – Que papel é reservado às novas tecnologias como facilitadoras em gestão da prevenção de conflitos?

5ª – Quais as áreas do saber que mais podem contribuir na prevenção de conflitos?

Eis os principais dados, resultantes das questões derivadas acima referidas:

A informação não circula; mesmo a boa informação, não chega aos utilizadores.

A aprendizagem é individual e faltam veículos comunicativos; poucos se preocupam por estar bem informados.

A partilha do conhecimento é feita por substratos sociais que, por sua vez, não dispõem de gestores facilitadores do mesmo conhecimento; a informação de qualidade é inacessível.

A informação fonte de alerta, transporta consigo perfis específicos de valor cultural ou hipóteses afirmativas comunicacionais, o que diminui a vontade das pessoas em partilhá-la.

O valor informar com verdade não é ainda sustentável, dada a natureza da sensibilidade humana, do culto da confiança e dos constrangimentos sociais em comunidades; teme-se a verdade; a verdade é difícil de ser informada e cria indelicadezas circunstanciais.

A informação lesiva de interesses pessoais, leva à defensiva comportamental, enquanto a informação duvidosa leva a comportamentos ofensivos individuais; o meio-termo é o conflito.

Não é comum reconhecer-se em bons comunicadores ou negociadores, as suas virtudes, que uma vez engrandecidas reproduziriam qualidade de intervenção social; até mesmo nos processos negociais de grande gabarito nacional, pouco se faz para a sua valorização. Os negociadores, esses nem menção aos seus feitos têm.

A informação não é conduzida até final para a sua transformação em produto ou inteligência, isto é fruto do trabalho cerebral, fonte da inteligência; são indispensáveis as informações da inteligência, porque só essas mereceriam investigação.

A gestão de dados é distinta da alteração de dados; a alteração do teor das informações se provado ser por erro ou vício premeditado deve ser passível de crime; de outra forma, não educamos.

Questiona-se sobre a titularidade do conhecimento próprio, neste caso, sobre de quem será a posse de habilidades cerebrais individuais e as dos bons negociadores; se são individuais então podem ser produto disponível para outros fins; aqui, entrará o concurso do Direito em Estados Democráticos, uma vez que não os há que não sejam de Direito.

O Centro Digital de Alerta com o sensor digital proposto, deve ser concretizado à luz do direito de cada um dos Estados; mas é importante que coexistam as diversas áreas do saber, para que o conflito individual não detectado, não degenerem em conflito comunitário e daí conflitos sociais de maior vulto.

Hipóteses associadas à investigação

1ª – As sociedades humanas são fonte natural de conflitos e podem ser organizadas de forma própria para a gestão e prevenção de conflitos.

2ª – Pese embora haja uma grande falta de estruturas administrativas e tecnológicas, bem como diferenças em estratégias dos seus líderes, os países africanos não se podem excluir do concerto das nações mais evoluídas.

3ª – Quanto mais cedo for implementado um processo educativo preventivo sobre conflitos, adaptado à cultura e valores nacionais, maiores serão os resultados no futuro.

4ª – As tecnologias podem ser muito úteis na identificação de sinais e riscos comunicativos, apesar do investimento necessário.

5ª – A busca do conhecimento e a investigação transversal sobre conflitos deve ser incentivado a todos os níveis, por todos os modelos e sistemas de ensino.

As **hipóteses** tiveram em conta vários conceitos e teorias que com maior ou menor aplicabilidade, têm servido de guião estruturante, sobre as quais resumimos a seguir, aquelas que nos parecem ter maior aceitabilidade.

A informação, os seus peritos e gestores, são um poder. Nada se pode fazer hoje em qualidade, sem esse poder prévio de informação.

A informação passou a ser um factor de produção e de poder. Há interdependência.

É um elemento que dá superioridade e grande vantagem até à vida económica, de outra forma, vai-se à falência dos sistemas de gestão e governação.

Mas nem todo o conhecimento, produto de lições aprendidas, tem servido de base de estudo e aprendizagem que permita uma adequada gestão com vista à mudança, prevenção e redução de conflitos, estes cada vez menos compreensivos dada a sua complexidade.

Lamentavelmente para grande parte dos Países Emergentes, a informação que era livre passou a ser apropriada, uma vez que a rede é mundial. Tudo o que nela entra passa a ser comunicação mundial.

A tecnologia originária e sucedânea de dados, bem como outros produtos derivados *infotec*¹², vêm sistematicamente interessando e alimentando gestores, sociedades comerciais do sector de informação e comunicação, revolucionando os métodos de investigação científica sobre aplicações tecnológicas específicas e promovem novos modos de formação da mente humana em diversas comunidades.

¹² *Infotec* – designação abreviada e integrada das palavras informação e tecnologia, para uso neste trabalho.

3. Limitações e dificuldades encontradas ao longo do tratamento do tema e da própria investigação

3.1. Limitações

A primeira e óbvia limitação é o domínio científico do proponente, numa área de que se é apenas frequente utilizador tecnológico em pleno século XXI, o da Era da Comunicação Digital;

A realização de uma pesquisa no Continente Africano, onde as fontes bibliográficas e outras, apesar do acesso crescente à internet, ainda não é de grande especialidade. Em Países onde isso é matéria de muitos avanços como a África do Sul, há custos inerentes, provavelmente apenas suportáveis numa fase de Doutoramento;

A complexa natureza académica deste segundo ciclo, que uma vez terminada a pós-graduação em 2008, apenas em 2009 foi formalmente autorizado pelas entidades competentes e de direito em Portugal;

A preparação do trabalho em regime de investigador/trabalhador, sob intensa pressão laboral num País ainda em vias de desenvolvimento e reconstrução nacional.

3.2. Dificuldades

Uma das principais dificuldades foi o acesso aos gestores de bases de dados, que ainda se revestem de imensos secretismos, fruto da cultura pós-guerra em Angola, e por causas de natureza pessoal ou características da matéria objecto desta investigação;

Dada a indisponibilidade de mais meios electrónicos por parte de grande parte dos inquiridos, sobretudo os estudantes, nem sempre foi possível obter respostas;

Como era previsível, os financiamentos para a investigação, numa área do conhecimento habitualmente não comercial, nem planificada ou orçamentada em Defesa, Segurança, Telecomunicações ou Ciências Sociais, constituíram um dos fortes obstáculos, sobretudo porque foi feita a sete horas de voo dos orientadores e desencontro de calendários ou presença.

4. Corpo de Conceitos

4.1. O fundamento histórico conceptual em teoria da comunicação

Os principais conceitos de referência para o lançamento desta investigação, fazem cruzar conhecimentos em informação, conflitos nas organizações, engenharia de telecomunicações, gestão, informática, electrotecnia, mecânica e afins.

As escolas do século XX, versadas sobre a teoria da informação, defendem com discutível consenso a seguinte noção etimológica de informação:

em latim *informatio*, acção de dar uma forma, aperfeiçoar ou acção de informar;

Philos (scolast): acção de dar uma forma.

Na utilização mais frequente e corrente, acção de dar notícias, esclarecimentos (do Ministério da Informação). Os esclarecimentos em si (eis as nossas informações).

De salientar que esta definição é a que se presta a uma maior confusão, uma vez que no domínio da gestão, o dirigente deve ter competências para poder fazer a distinção entre o que é «informação» elemento que permite tomar uma decisão e «informação» dado quantitativo e qualitativo banal.

No sentido técnico da cibernética, trata-se do «elemento de conhecimento relativo a um assunto mais ou menos conhecido».

Uma informação integra dois elementos:

Um é fenómeno físico, a que normalmente se chama o suporte da informação; outro é um fenómeno psicológico, a que se chama a semântica da informação. É uma impressão pessoal recolhida por cada um. É preciso poder ver com um só olhar a floresta sem perder de vista o detalhe de cada folha, declaram os analistas-conceptores de sistemas americanos. Este é o fenómeno físico.

É muito difícil exprimir com precisão e clareza, o fim dos nossos pensamentos, fazer compreender as nossas ideias, os nossos critérios de julgamento aos nossos interlocutores, o que leva a um habitual fosso entre o comunicador e a comunicação em si. Este é o fenómeno psicológico.

No esforço de serem dissipadas lacunas e evitar fracassos, as Management Sciences (ciências de gestão) propõem que antes de se falar dos métodos, é necessário, embora em síntese, apresentar a teoria da informação, tal como se encontra aplicada no domínio das telecomunicações, transpondo posteriormente o esquema básico desta teoria ao domínio da gestão.

A teoria da informação em telecomunicações, segundo a obra *A Methodology for Systems Engineering*, de Arthur D. Hall, é ainda muito recente.

De acordo com este autor, foi o americano C. E. Shannon que a criou, em 1948, introduzindo o *bit* (binary digit) como unidade de medida estatística da informação, definindo a capacidade dos canais e provando os teoremas fundamentais que usam o seu nome.

Assim, o esquema clássico da *teoria da informação* é o seguinte:

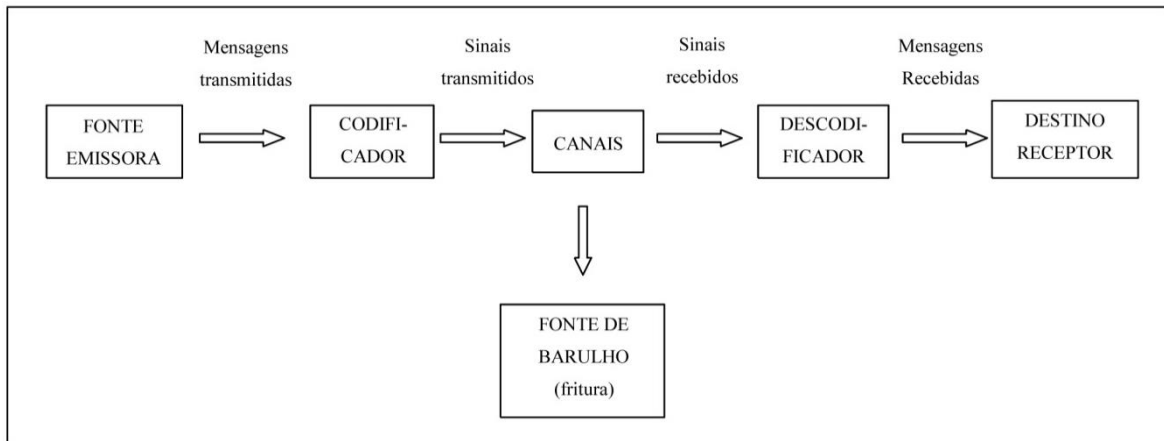


Fig. 1 – Cadeia de comunicação na teoria da comunicação¹³

Nas extremidades temos, por um lado, a *fonte* emissora de mensagens que são transmitidas, e, por outro lado, o destino receptor de mensagens que são transmitidas.

Todos sabemos que a vida moderna não é possível sem satélites. O papel dos satélites em comunicação, navegação e cartografia moderna é enorme. Normalmente os satélites movem-se ao longo de órbitas circulares¹⁴.

Para o funcionamento correcto do sistema, do qual o satélite faz parte, este tem que estar na posição angular certa, isto é, a antena ou a câmara têm que estar viradas para a terra e não para o espaço. Depois do lançamento o satélite gira caoticamente e a sua posição angular tem que ser estabilizada.

Nos satélites modernos utilizam-se principalmente sistemas activos, que são sistemas controlados por um autómato a partir da informação disponível sobre o movimento do satélite.

¹³ HALL, Arthur D. – *A Methodology for Systems Engineering*. [S.l.]: Van Nostrand Reinhold, 1962. ISBN 0442030460.

¹⁴ SMIRNOV, Gueorgui; RODRIGUES, Isabel Maria de Oliveira – *Matemática: Origens e Aplicações*. Brasil: Escolar Editora, 2006. ISBN 9789725921890. p. 14.

Para garantir energia, normalmente utiliza-se a solar, que se transforma em corrente eléctrica pelas baterias solares, sobretudo nos satélites grandes e caros. Mas nos últimos tempos, graças à tecnologia moderna, todos os aparelhos são cada vez mais pequenos: os satélites também.

4.2. Teorias sobre a informação e a tecnologia¹⁵

Foi a partir do ano 3000 a. C. que começaram a surgir, aqui e ali, as Culturas Superiores, no sentido estrito e ilustre desta expressão. Cada uma delas ocupou apenas uma pequena parte da superfície terrestre e durou somente cerca de mil anos. Este é o tempo marcado pelas derradeiras catástrofes.

A partir do século IV, o saber científico ofereceu também contributos preciosos: podemos considerar os seus efeitos observando as mudanças provocadas nas novas tácticas militares, na evolução dos sistemas de comunicação e sinalização, na cartografia e na engenharia civil.

No período helenístico, surgiu uma nova figura de técnico, já não mítica ou excepcional mas simplesmente humana, que com a mente planeia e com as mãos toca e transforma a matéria.

Dessa figura falamos nas fontes mais importantes, de Plutarco a Ateneu Mecânico, de Heródoto a Tucídides e a Diodoro Sículo.

No tempo da fundação da academia platónica, o papel dos técnicos competentes tornou-se relevante até por causa da guerra, e as suas criações começaram a ter uma importância cada vez maior na sociedade, incluindo em tempo de paz.¹⁶

Resulta assim a técnica de um antagonismo do homem com a natureza.

São constantes as disputas e as angústias que a era tecnológica vem trazer a todos os povos do mundo.

De acordo com Carnot-Clausius, não se pode resolver o problema do movimento perpétuo dentro de uma civilização de máquinas.

Entre o perceber e o conhecer, há uma distância lógica a ser percorrida pelo indivíduo. Somente no século XIX surgiu o problema da técnica e da sua relação com a Cultura e a História. Quanto à técnica, era omitida, quando muito confrontada com os valores morais, era considerada indigna de qualquer atenção.

¹⁵ HALL, Arthur D. – **A Methodology for Systems Engineering**. [S.l.]: Van Nostrand Reinhold, 1962. ISBN 0442030460. p. 24.

¹⁶ DOLZA, Luisa – **História da Tecnologia: As Grandes Etapas do Desenvolvimento Económico e Técnico da Humanidade**. Lisboa: Teorema, 2009. ISBN 978-972-695-888-8. p. 72.

Desde sempre tive a convicção de que, para compreender o destino do homem, é necessário considerar comparativamente todas as esferas da sua acção, ao mesmo tempo, não cometendo o erro de partir exclusivamente da política, da religião ou da arte para aspectos particulares da sua existência, na ilusão de ter, com isto, descoberto o todo.¹⁷

Pela doutrina de Bentham, Spencer e Mill, era útil tudo o que servia para a felicidade do maior número. Esta felicidade consistia em fazer o menos possível.

No século XX, atingiu-se a maturidade que nos permite penetrar o sentido último dos factos, cuja totalidade compõe a História Universal. Em vez de dizermos «isto deve ser assim» e «isto deveria ser assim» impõe-se inexoravelmente o «isto é assim» e o «isto será assim». Acabamos por entender que a História não é coisa que se possa fazer variar apenas segundo as nossas esperanças. As incógnitas também fazem parte do conhecimento, da busca da informação.

A técnica não se interpreta em função do instrumento, do utensílio. Não se trata da fabricação das coisas, mas sim do seu manejo; não são as armas que contam mas sim a luta pelo saber.

A técnica é sempre a resultante de um comportamento interessado, dirigido a um objecto, e nunca uma questão de coisas ou objectos.

Na realidade, toda a confrontação com um problema gera a necessidade de criar uma técnica adequada, desde que útil ao interessado; foi assim ao longo da existência humana.

A técnica nunca é uma «parte» da economia, tal como a economia, a guerra, ou a política não constituem «partes» autónomas da vida. Tudo isso são múltiplos aspectos de uma só vida, a activa, belicosa, plena de alma.

A máquina serve um determinado processo e a sua existência deve-se às sucessivas congeminações dirigidas e suscitadas pelo próprio processo.

A juventude pressupõe a velhice, o crescimento a decrepitude; e a vida implica a morte, mesmo que com a discórdia que filosofias de vidas diferentes pressupõem.

Uma velha lenda grega, já supostamente conhecida na *Ilíada*, narra que a mãe de Aquiles o colocou perante o dilema de optar por uma vida longa ou uma vida breve mas cheia de brilho e glória, e que o herói optou pela segunda hipótese. Mas o brilho e glória são de facto muito subjectivos e são interpretados de acordo com o contexto e épocas: as invenções, o poder, a fama, etc.

¹⁷ SPENGLER, Oswald – **O Homem e a Técnica**. Coleção Filosofia e Ensaios. 2.ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1993. ISBN 972-665-158-1. p. 64.

Só no apogeu das culturas superiores, no momento em que se verifica o seu transitar para civilizações, se manifesta, por um escasso lapso de tempo, essa faculdade de lúcido conhecimento.

O homem é um animal predador. O facto de o homem ser um predador confere-lhe um alto grau de dignidade. De acordo com a sua alma e o seu destino, o homem é um predador. Ora a informação que envolve o ser predador também depende de vários entendimentos.

A «preocupação» é um sentimento que subentende a projecção de uma imagem mental no futuro, a preocupação com o que vai ser, tal como o desgosto implica o conhecimento do que já foi. Quer uma quer a outra, são revestidas de conhecimento antecipado.

O homem é, em toda a história do mundo dos seres vivos, o único exemplo de indivíduo capaz de escapar à coesão da espécie. É importante que se medite longamente neste pensamento, se quisermos atingir as suas infinitas implicações.

Na existência do homem a técnica é consciente, voluntária, susceptível de modificação, pessoal, imaginativa e inventiva. Pode ser aprendida e aperfeiçoada. O homem tornou-se no criador da sua própria técnica vital; nisto consiste a sua grandeza e fatalidade. A forma íntima da sua criatividade chama-se cultura.

As criações do homem são a expressão, em forma pessoal, da sua existência. A História Universal processou-se de catástrofe em catástrofe, quer possamos ou não compreender tal facto.¹⁸

O desdém lança sempre o seu olhar de cima para baixo. A inveja, essa dirige o seu olhar para cima. São estes os dois sentimentos historicamente universais da humanidade organizada em classes e estados. Há estados onde a cultura pela contenção do desdém e da inveja é ainda muito deficiente, preocupante e urgente. São informações indispensáveis à prevenção de conflitos sociais.

O empobrecimento económico traz imediatamente na sua esteira a indigência espiritual e artística.¹⁹

O esmagador desenvolvimento técnico do século XIX só foi possível pela constante elevação do nível intelectual. Mesmo os descobrimentos portugueses, espanhóis, holandeses e outros, deveram-se, em grande medida, à evolução do Saber pelas academias, civis e militares.

¹⁸ DOLZA, Luisa – **História da Tecnologia: As Grandes Etapas do Desenvolvimento Económico e Técnico da Humanidade**. Lisboa: Teorema, 2009. ISBN 978-972-695-888-8. p. 110.

¹⁹ COSTA, Pedro Barros – António Barreto [et. al.]. Semanário FOCUS. (Lisboa). N.º 526 (2005).

O tempo não pode deter-se. Hoje, um curso já não é garantia de emprego, tirando os eleitos; mas esses desaparecem e acabou. O conceito de quem é o melhor médico, advogado, professor, general, veterinário etc., é posto em causa todos os dias, porque o melhor é aquele que consegue fazer. Por isso o ensino tem de ser versátil.²⁰ Precisamos urgentemente de educar para a prevenção de conflitos.

²⁰ Canha, Norberto Rêgo, Presidente da ACM Coimbra, em entrevista ao mestrando. 2009.

CAPÍTULO 1 – A PREVENÇÃO DE CONFLITOS ATRAVÉS DAS NOVAS TECNOLOGIAS

1.1. SITUAÇÃO ACTUAL

No caso em estudo, pretende-se buscar soluções ligadas à organização humana (um Centro digital direccionado ao alerta de conflitos) ou em última análise, ao registo identificativo de variantes do código conflitual individual, aplicável às técnicas em uso por vários serviços de investigação, por intermédio de tecnologias de informação, sem generalizações excessivas que obviamente possam redundar em maior e desnecessário ruído ou controvérsia com os serviços de informação pura, por utentes nacionais com direitos adquiridos.

Uma das vantagens seria a garantia de maior precisão para os dados pessoais transmitidos e a ser geridos electronicamente, tendo por fontes, o concurso educativo voluntário dos utentes em tecnologias, sem recurso a uma reposição tecnológica do comum “big brother”, que ainda se reveste de poucos consensos éticos, sociológicos e psicológicos. O que está em causa é a gestão tecnológica da informação sobre alertas de conflitos.

Para quem não se importar de ver recolhido o seu contributo, contendo de forma simplificada (legislatória e electrónica) dados de autenticação digital pouco comuns, será este provavelmente o desafio (fig. 2, pág. 24) que o novo cidadão da era digital poderá ter voluntariamente pela frente, fundamento técnico adaptável a este trabalho e investigação.

Já existem vários exemplos de uso e disponibilização voluntária de perfis para comunicar com as máquinas. Exemplos a ter em conta: base de dados e interacção no sistema em segurança de informação (fig. 8, pág. 81), dois implantes digitais reais e funcionais nos EUA (fig. 9, pág. 81) bem como o uso actual do chip para leitura digital específica, no modelo de barras (fig. 10, pág. 81).

Numa análise preliminar, o objectivo a atingir nesta investigação, no âmbito da gestão do alerta electrónico para a prevenção de conflitos, incidirá sobre:

- . a legalidade tecnológica do Centro Digital de Alerta para a recolha e processamento sistemático de informação conflituosa;
- . a privacidade e segurança da fonte;
- . a valorização da respectiva base de dados;
- . a necessidade de um centro de avaliação e verificabilidade do processamento (CAVP);
- . a fiabilidade e segurança digital dos conteúdos, neste caso informações restritas e pessoais;
- . o direito à liberdade de uso privado ou colectivo e disposição em rede desses conteúdos;
- . a eficácia e meios para a disseminação do alerta para um sistema de interesse nacional.

Uma segunda fase de desenvolvimento e aplicação dos resultados ora em análise, resultará de estudos em terceiro ciclo, contando com o contributo de diversos investigadores e aplicativos programáticos específicos nesse sector, que têm evoluído velozmente.

Nesta perspectiva, havendo suporte para a investigação, em quatro anos de trabalho científico, poder-se-á testar o produto final – o Centro digital preventivo de conflitos de alto padrão.

O custo associado a este projecto e a respectiva gestão, estão integrados e fazem parte da necessidade estratégica de segurança de dados, através de um Centro Digital de Alerta, cuja patente tem o processo de registo em curso em Luanda, a partir de 2011, através do respectivo Instituto.

Quando Portugal tem quase vencido o desafio do cartão do cidadão, integrando o BI, número de Contribuinte, Segurança Social, Utente em Saúde e Eleitor, os modelos podem ser globalmente uniformizados, para bem do próprio cidadão, com simplificação, interoperabilidade e criação de maior usabilidade do serviço. A integração de mais cláusulas preventivas em informação, apenas beneficia o próprio cidadão e dependentes.

Acrescer-se-á a componente delicada mas indispensável de eminentes alertas de conflitos interiores por outros sinais, que somados, poderão permitir a emissão de um panorama preventivo alargado, que poupará vidas, o recurso mais escasso entre todos os de-

mais. Seria a barra preta no cartão amarelo usual, apresentado electronicamente, perante um sistema evolutivo de gestão de alertas pré-conflitos (fig. 2, pág. 24).

A generalização e o aperfeiçoamento dessa educação para a atitude, implicará um processo estruturante de consciencialização, formação social e tecnológica, pois o cidadão que tenderá a aceitar a opção, passará a estar ligado a uma organização de comutador de prevenção aplicável, existindo leitores electrónicos autorizados por carácter e importância colectiva.²¹

Mas atendendo a que a gestão da prevenção de conflitos é um bem de transcendental valor, cuja tutela não é apenas circunscrita às funções reguladoras dos Estados, o cidadão comum, fonte dos sinais de alerta, tem de aprender a valorizá-los, ajudado por serviços de gestão tecnológica de dados. Trata-se de um programa de aprendizagem que a todos deve interessar. Não tardará o surgimento de sensores especializados, parte da evolução científica.

Sensores são dispositivos capazes de detectar sinais ou de receber estímulos de natureza física, tais como o calor, o fumo, a pressão, a vibração, a velocidade, etc., utilizados em sistemas de controlo, de aviso, de sondagem, ou outros.

É uma outra forma de aplicar a matemática, a psicologia, a filosofia e ciências afins, às necessidades humanas.

Discute-se se estaremos perante a necessidade de se recriar ou incorporar a origem de um sinal voluntariamente cedido por seres humanos e se sim, qual deverá ser a legalidade desse procedimento num ordenamento jurídico democrático, hoje em dia.

Terá de partir do consentimento explícito individual, fazendo parte de uma rede comunicacional do interesse associado à estabilidade e segurança dos dados dos utentes, num sistema moderno de prevenção de conflitos por avaliação de estatísticas reais e detecção de sinais prévios de alerta.

De facto, prevenir um conflito, seja ele de que natureza for, através deste avançado sistema de gestão de informação, pode vir a ser um importante contributo à estabilidade das comunidades e quiçá, até de interesse colectivo no actual sistema de paz das Nações. Numa comunidade em que aumente o número de crimes de foro comum como violações, agressões, furtos, burlas, sequestros ou actos de poluição intencional, haverá necessidade em investigar os factos e inquietações que podem desencadear conflitos. Alguém tem de se ocupar de estudar isso, propondo medidas com base no conhecimento científico.

²¹ Nelumba, José Eduardo Carmo, Médico Cardiologista, Professor Catedrático e Deputado à Assembleia Nacional de Angola, entrevista. Luanda, 2009.

A era digital e da globalização, tenta promover a cada instante, por intermédio das tecnologias, respostas às necessidades civilizacionais por uma geração Net. Hoje há todo o tipo de auxiliares para as diversas necessidades de informação. A organização é que pode ser frágil e os instrumentos insuficientes, mas com vontade tudo se pode fazer e os meios surgem.

Se contabilizarmos os esforços de prevenção, contenção e gestão de conflitos, pequenos que sejam, podemos claramente chegar à conclusão de que apenas nos tem faltado a aprendizagem e valorização desse conhecimento, caso a caso.

As tecnologias de informação também poderão ser um meio competente em capacitar as populações, muitas das quais já usam meios dispendiosos como o telemóvel, o computador e outros acessórios, para transmitir mais facilmente alguma inteligência como produto final, podendo ser um meio idóneo na resolução de conflitos e busca de equilíbrios, pacificando, em vez da vertente meramente sensacionalista e publicitária de notícias, produzidas e emitidas tecnicamente a partir de fontes clássicas.

A organização, processamento e verificabilidade das bases de dados electrónicas, tem constituído para os profissionais, uma grande inquietude. É aí onde as Tecnologias, a Segurança Digital e o Direito podem, por força e peso da sua história de vida, começar a dar o seu valioso contributo, porque quando os conflitos escaparem do controlo, o desperdício é imediato e desproporcional.

Neste sentido, a segurança digital que a todos preocupa, carece, em múltiplos domínios da sua aplicação, de muita imaginação, para apoio dos gestores de sistemas de informação e tecnologias, com base no elevado nível de soluções que o conhecimento felizmente já proporciona.

Tendo em conta que mesmo para o caso de estudo angolano, existem milhões e diferentes formas de pensar e agir, das quais derivam complexas formas conflituais; e tendo por referência a diversidade cultural de cada terra ou região, no caso proposto, pretende-se buscar soluções ligadas à organização e estudo humanos (um papel essencialmente direccionado ao conhecimento e experiência locais).

Em análise tecnológica subsequente, tratar-se-á do registo identificativo de variantes do desajustamento emocional das pessoas, aos mais variados níveis, transmitindo os dados a partir e por intermédio da comunicação electrónica e digital disponível.

Em certa medida, estas técnicas já são aplicáveis e estão em uso por vários serviços de investigação ou centros afins, conforme referido nos objectivos e metodologia da inves-

tigação. O que se acresce é um padrão de organização e modelo educativo para a prevenção de conflitos.

Com vista a perceber cada possível sinal de conflito de alerta preventivo ou pedido de ajuda conflitual, poderá ser utilizado algum ou qualquer um dos dispositivos de uso corrente, como o telemóvel, ou outro, de baixo custo, cujo *hardware* e *software* fazem parte das alternativas em estudo para esta finalidade específica, em parcerias científicas a acordar.

1.2. MATRIZ DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS (SNGPC) E PROGRAMAS PARA O CENTRO DIGITAL DE ALERTA²²

O problema apresentado prende-se com a criação de um Centro Digital de Alerta. Os contributos solicitados vêm de áreas como Matemática, Engenharia Informática, Electrónica e de Sistemas, Telecomunicações, Física, Geográfica, Ciências Sociais, Sociologia, Psicologia, Fotografia e História.

O objectivo desta formulação programática é encontrar resultados estatísticos que permitam valorizar uma base de dados de um Centro Digital de Alerta, como componente de gestão tecnológica de um sistema de informações (recolha, processamento e difusão), dirigido por pessoas especializadas, responsáveis.

Pretende-se com este trabalho, tendo em conta a realidade imparável de avanços tecnológicos, de conhecimento e experiência em espaços físicos Africanos, na primeira fase, aprofundar e aplicar o conceito de uma base de dados inteligente de alerta, para agregar mais valor, através de sistemas inteligentes de gestão e prevenção de conflitos.

Trata-se da apresentação de uma proposta em arquitectura de gestão de base de dados, incorporando um sistema inteligente que sem termo, retrate sinais sobre as preocupações das pessoas, para protege-las comunitariamente.

²² Concurso matemático de Elsa da Piedade Katumbela, Professora em Angola e funcionária da Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA). 2009.

1.2.1. Questionário, base da análise tecnológica

Tratando-se de manifestações pessoais, com uma grande dose de reflexos sociológicos e culturais por Províncias ou Regiões, qual é a área de Ciências que se ocupa desse conhecimento específico e investigação? Psicologia? Certamente a Psicologia em primazia.

Para que este Centro Digital de Alerta esteja em funcionamento, deverá necessariamente estar vinculado a uma entidade independente da área de tecnologias de informação ou de gestão de dados? Sem dúvida, para responsabilizar e tornar eficaz os resultados.

Trata-se de uma base de dados sustentável, através de um software que traduz percepções, agrupando-as em base de dados para accionar alertas.

Será isso exequível em Estados Democráticos imperfeitos, com índices baixos de escolaridade e especialidade? A educação não tem fronteiras nem se circunscreve à lógica meramente qualitativa de vivência. O conhecimento liberta, e só isso conduz à plenitude de organização social dos Estados.

Servindo os alertas para accionar apoio em decisões, que formação paralela deverá haver e quem a deverá fazer em competência: sectores de Informações, Estatística, Comunidade Regional de Defesa e Alerta ou pode ser feito no âmbito de terciarização de serviços privados? Porquê em cada caso? A terciarização de serviços privados especializados seria uma boa meta. Tarda que se avance para esse sector de prevenção de conflitos, mas arcam-se as consequências pela omissão.

Como provocar e enquadrar o surgimento de sinais de alerta? E a autenticidade dos mesmos, como provar? Os sinais são evidentes a cada segundo das nossas civilizações. Mas não são estudados convenientemente.

A quem compete o estudo sequencial de manifestações tendentes à determinação de focos de probabilidade de surgimento de conflito, a curto e médios prazos? Há que promover empresas, organizações e filiais de especialidade.

Será do interesse da comunidade científica e das tecnologias industriais, a existência de um detector local que antecipe com exactidão o foco de conflito e em coordenação com os decisores, ajudar a gerir o respectivo impedimento de ocorrência? Isso teria impacto social imediato.

Que contributo deve dar a ciência política e os políticos? Se sensibilizados saberiam que isso sairia a seu favor.

Que outros indicadores e variáveis poderão ser úteis à eficácia da gestão e prevenção de conflitos, através de uma base de dados inalterados no momento da decisão de alerta? Só o Centro Digital de Alerta poderá responder a médio prazo.

Para pesquisa e ilustração de experiências anteriores e actuais sobre essa matéria, os anexos F-1, F-2 e F-3 podem ser examinadas pormenorizadamente.

O Questionário, base da análise tecnológica encontra pela frente, nesta etapa da investigação, apenas sintomas cujo diagnóstico ocorrerá certamente na etapa seguinte de aprofundamento tecnológico.

Numa segunda fase do terceiro ciclo, serão vistas as questões técnicas mais aprofundas como a segurança dos sistemas de selecção de dados, alerta qualificado por hierarquia de fontes e a disseminação a destinatários privilegiados da rede nacional de alerta e vigilância electrónica anti conflitos.

1.2.2. Objectivos

Contabilizar os processadores de dados.

Registar o volume de informação recebida.

Registar o tempo de processamento de dados.

Melhorar o processo de triagem dos dados para maximizar o aproveitamento dos mesmos e quantificar o número de Centros Digitais de Alerta necessários por Província, a fim de evitar maiores falhas de sinal de alerta, quando alargado a outras localidades. No caso de Angola, pretendem-se iniciar e verificar os resultados da pesquisa na cidade de Luanda e município da Quiminha, que já tem outros estudos mais adiantados.

Determinar a rapidez de triagem, que está equacionada como sendo a razão entre o volume de dados e o número de processadores dos mesmos.

Testar a capacidade de processamento tecnológico da informação.

Orçamentar o projecto do Centro Digital de Alerta.

1.2.3.

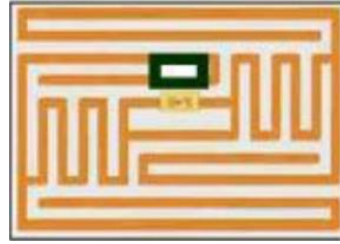


Fig. 2 – Perfil tecnológico dos sensores digitais de alerta do Centro Digital de Alerta
(ponto a preto e branco por adaptação)

Fonte: Google.

O revestimento deverá ser construído em material reciclável, como pressuposto dos paradigmas existenciais do novo século. As cores também deverão ser susceptíveis ao novo ambiente ecológico, numa combinação entre a natureza vivencial das Províncias e a utilização tecnológica generalizada, com suavidade, modernidade, adaptabilidade e eficácia científica.

Estando perante investimentos em programação aplicável ao nosso próprio desenvolvimento, as componentes comunicações via satélite e segurança dos conteúdos pessoais e comunitários a transmitir, deverão partir de estratégias integradas de desenvolvimento humano em primeiro lugar, e só depois uma aplicação propriamente dita do valor da informação computadorizada como arquivo e a sua rentabilização. Criando um valor estratégico como alerta através de sinais transmissíveis, este produto final é naturalmente procurado para fins diversos. A estruturação das bases de dados não dispensará uma alta qualidade de analistas de cada informação digital enviada electronicamente ao Centro Digital de Alerta. A gestão destes recursos humanos deverá privilegiar a selecção de um alto índice de competências, incluindo a experiência e especialidade em processamento de sinais de alerta. Deverá ser acompanhado por um programa de formação e actualizações periódicas, combinado em ciclo de estudos, pelo menos no modelo das pós-graduações em guerra de informação e *competitive intelligence*.

A fibra óptica que serve de veículo à transmissão de dados, deverá para este caso, merecer um estudo adaptável ao pensamento lógico, da matemática e da electrónica, subjacente a todo este Projecto de construção do Centro Digital de Alerta.

E sobre a lógica do funcionamento num hardware central ou seus derivados, os electrónicos são accionados alternadamente, conforme o volume de dados, a que corres-

pondem os sinais de alerta, resultantes do peso contributivo por assuntos. Os especialistas desempenham o papel de intercomunicadores para o Centro Digital de Alerta (CDA). O CDA é uma Instituição comparticipada pelo Estado, aberta a todos os utilizadores, beneficiários do Sistema Nacional de Gestão da Prevenção de Conflitos (SNGPC), este gerido tecnologicamente por entidades privadas.

O protótipo informático dos chips resulta do modelo ilustrado na fig. 4, pág. 28, (acastanhado), no sistema de interacção e segurança digital usual, ilustrado em fig. 3, pág. 27, adaptado ao modelo de envio de dados utilizado pelo GPS (Global Positioning System). O novo sensor a aplicar através de um programa digital próprio, é o ponto branco e preto, cujo funcionamento é descrito em matriz específica, baseado em lições científicas de componentes na área das ciências da comunicação e electrotécnica, adaptado a sistemas avançados de processamento digital de dados. Quanto ao funcionamento da estrutura comunicacional digital, o software é proporcional à necessidade da prevenção e à existência de sinais extra serviços clássicos de informações, que ainda não encontraram formas expeditas de gestão da ciência informática de envio de dados a um SNGPC, disperso em diversos órgãos sem uma efectiva Comunidade de Inteligência usual. No caso da aplicação de faculdades mistas aos sensores, *softwares* e *hardwares*, deverá haver compatibilidade aos respectivos magnetismos e automatismos, privilegiando o estudo dos dados recolhidos.

1.2.4. Funcionamento técnico²³ do Centro Digital de Alerta

Em variáveis, os sensores específicos devem accionar uma determinante e a avaliação da variável, como os graus de liberdade em termodinâmica;

Ter em consideração que a consciência e a realidade são difíceis de modelar e transformar em sistema electrónico; o sistema é modelar, sabendo o que se passa;

Juridicamente o sistema terá de ser reflectido tendo em conta as comunidades, suas atitudes e a privacidade;

O sistema deverá incorporar preceitos legais de segurança colectiva e direitos, da personalidade à vida em segurança, o que no caso tecnológico em discussão antecede as legislações em vigor em muitos Países; em última análise, trata-se de legislar sobre direitos indisponíveis em texto, mas necessários para a manutenção de um Sistema Nacional de Gestão da Prevenção de Conflitos (SNGPC), conseqüentemente a *paz civil* comunitária;

²³ Contributo dos Engenheiros Informáticos Olivier Rodrigues (2009, Universidade Metodista de Angola) e Rogério Ferreira (2009, Forças Armadas Angolanas).

Perante a existência de diversas tecnologias já disponíveis mas dispendiosas, apontar para parcerias e acordos com as empresas criadoras e operadoras de micro chips para a interpretação de sinais, captando muita informação em sistema de base de dados;

Definir uma largura de banda que tenha capacidade de comunicar sem sobressaltos, bem como um canal de comunicação e aviso, o menos exposto possível aos ruídos tecnológicos;

Há que caracterizar o espaço físico, associando-o aos sensores, com mecanismos desenhados para a interpretação dos graus de certeza, accionados não apenas através dos sinais de desconforto, apreensão e urgência, que são naturalmente subjectivos, como também pela classificação de um a três do peso e natureza objectiva da fonte; um, representa fidedigna; dois, digna e três, útil.

Importam também ao seu funcionamento e eficácia como sensores, todos os factos que aí recaiam, monitorizando tecnologicamente, como prioridade, as zonas historicamente de pré-conflito cíclico, tendo em conta os valores específicos na componente social;

As métricas como tratamento digital para o Centro Digital de Alerta são directas.

Dada a enorme complexidade na concretização científica deste projecto, a realização do mesmo envolverá a intervenção de diversas ciências, tão distintas umas das outras, tais como a história da arte, a sociologia, a psicologia, o direito, a engenharia informática, a engenharia electrónica e electrotécnica, no ramo das comunicações.

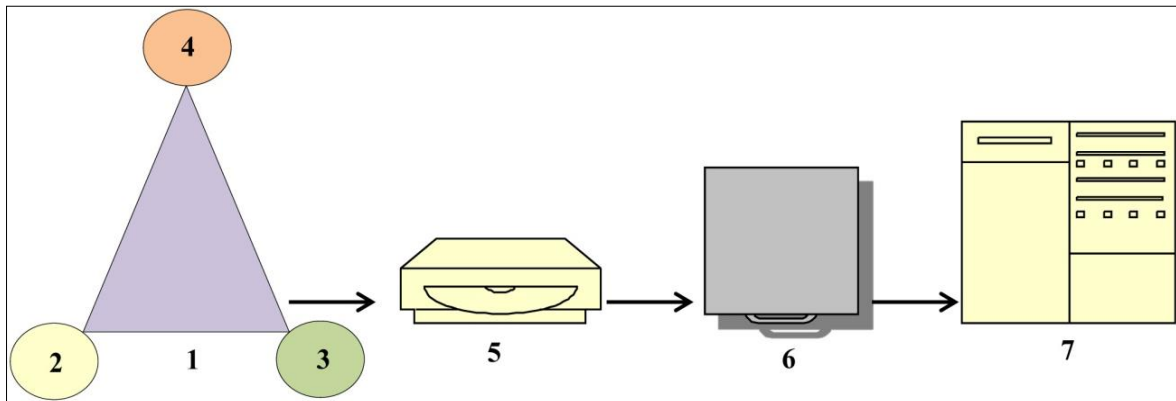
Fará sentido desenvolver uma ferramenta (solução) em diferentes etapas, ou diversas ferramentas, uma para cada etapa de ciclo de vida estruturado para o projecto.

As perspectivas a implementar em busca desta ferramenta, fornecerão uma solução preventiva. Certamente que não contemplarão todos os conflitos num único Centro Digital de Alerta, mas ajudará a detectá-los, accionando automaticamente a prevenção para os mesmos.

Pretende-se com certeza a utilização de tecnologias de ponta a um custo reduzido, contribuindo para a apresentação de mais uma fonte de soluções para outros problemas organizacionais, tendo em conta que mesmo para o caso de estudo angolano, existem milhões e diferentes formas de pensar e agir, das quais derivam complexos conflitos;

Tendo por referência a diversidade cultural de cada terra, pode-se pensar em desenvolver este projecto por diversas etapas, buscando sempre um produto final e aproveitando o máximo possível do trabalho desenvolvido anteriormente.

1.2.5.



Legenda da Matriz do modelo de Gestão da Informação até à Prevenção de Conflitos:

1. Natureza Humana conflituosa
2. Homens (o género humano mais resistente à mudança de mentalidade, ponderadas as excepções)
3. Mulheres (mais tolerantes dada a sua natureza maternal e congregadora de Famílias, ponderadas as excepções)
4. Conflitos (de geração ou do género, existenciais, de interesses e do desenvolvimento)
5. Base de Dados em Suporte CD do Centro Digital de Alerta (funcionamento em rede satélite para processamento de dados pessoais e por comunidades locais especializadas em detecção de sinais de alerta pré-conflitos)
6. Central Provincial de Dados Digitais (informação, investigação, formação e orientação)
7. Servidor (tecnologicamente adaptado ao modelo de partilha e parceria de reportórios e resultados entre entidades estaduais e privadas)
8. Vector comunicacional sequencial com uma plataforma de distribuição de dados aos utilizadores

Fig. 3 – Banco Tecnológico de Informações Preventivas (BTIP)

1.2.6.

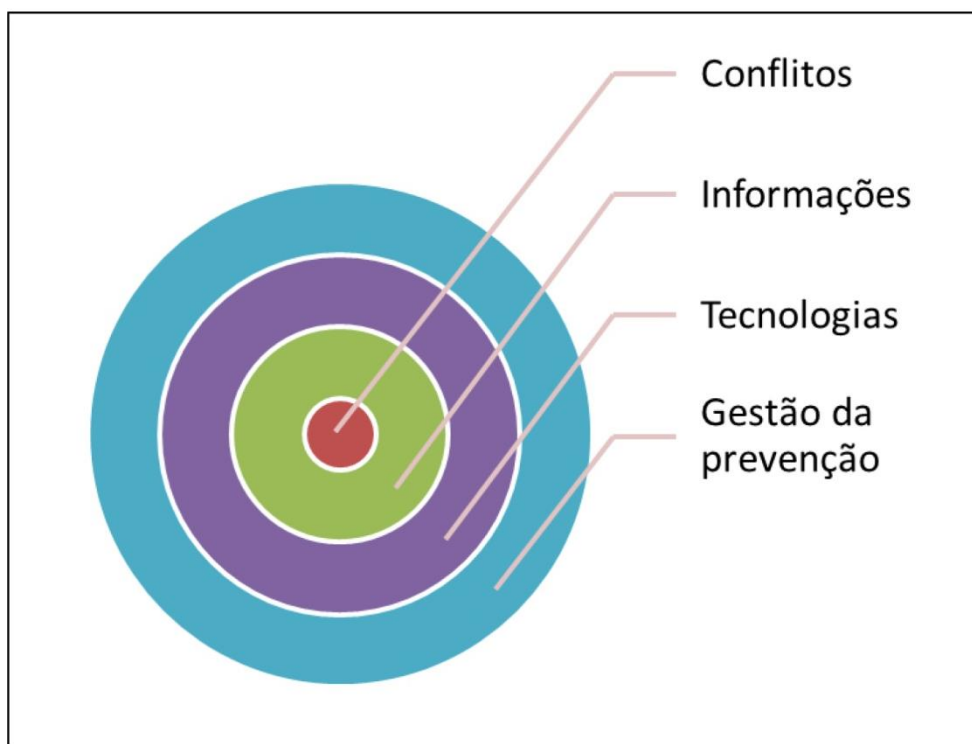


Fig. 4 – Processo interactivo da base de dados no Banco Tecnológico de Informações Preventivas

CAPÍTULO 2 – ESTUDO DE CASO²⁴

Angola

“As boas práticas em informação e comunicação têm normalmente um bom desfecho.”

(Pelo autor)

2.1. ENTRE A CIÊNCIA, A TECNOLOGIA E OS SEUS UTILIZADORES

Decorridos trinta anos, parecia uma guerra sem fim, uma mistura de laivos de conflito social herdado. Os conhecedores da história usavam exemplos como o do Líbano e o da Palestina, em suma o Médio Oriente ou até mesmo os do Congo Kinshasa e Katanga, para citar os mais críticos fenómenos de ruptura comunicacional, repetição de conflitos, naquela altura já existentes. Como é que isto é possível entre irmãos da mesma terra, eis a questão com que qualquer responsável era confrontado em qualquer foro nacional ou internacional!

Tratava-se no caso angolano, de uma guerra “imposta”, fruto de múltiplos interesses hegemónicos, por vezes citado como falta de patriotismo e visão estratégica dos angolanos, um absurdo de consequências culturais certamente catastróficas para as gerações vindouras.

Hoje, com mais de trinta anos de idade, com formações díspares, começam a examinar as causas da sua guerra, na altura menores de idade, empurrados para um “beco sem saída”, ou que haviam sido apanhados pelo turbilhão, porque uma história como a do Muro de Berlim se repetia, em locais diferentes e distantes, desta vez em África, o Continente berço da humanidade. Angola, outrora terra com diversos reinos, descoberta pela Armada Portuguesa no século XV (1490), aquela que também se designara em finais do século XIX e princípios do século XX como a *jóia da Coroa*, tivera enfim pouca sorte, comparada a outras antigas regiões sob administração portuguesa.

²⁴ Este texto foi revisto e actualizado. A primeira versão deste Estudo de Caso foi o Trabalho Individual do Autor desta Dissertação, à Cadeira de Media e Opinião Pública, no Curso de Pós-Graduação na Academia Militar de Lisboa, em 2007, pelo Prof. Doutor António Pena, jubulado em 2011. Nesta edição, é trazida à colação a investigação em matéria de desenvolvimento humano pós-conflito que decorre na Região da Quiminha, em Angola, a partir de 2003, um mosaico ímpar de inserção social de desmobilizados, civis e titulares de propriedades, por herança ou aquisição ulterior, o que por si suscita inúmeros conflitos sobre terras.

Reza a história que como ocorrera em outras zonas conquistadas, houve excessos de toda a ordem, o que dificultava a comunicação entre os diversos povos; foi assim no Brasil, nos Estados Unidos da América, no Médio Oriente, na Índia e naquele que é ainda pejorativamente designado o *Continente negro*.

Volvidas três décadas de guerra fratricida, percorridos inúmeros meandros de insucessos comunicativos, a *informação* que chegava aos líderes da política nacional angolana era de facto mais abrangente, devidamente conduzida e perspicaz.

Os protagonistas da guerra *comunicavam* sobre a necessidade do *diálogo*, o primeiro pressuposto que levaria os beligerantes do MPLA e da UNITA (os partidos políticos ora mais representativos) a uma mesa de negociações em Gbadolite, terra natal do então Marechal e Presidente da República do Zaire, hoje República Democrática do Congo, Mobutu Sese Seko. O Processo de Paz de Angola estava iniciado, graças à *mediação* de um antigo Sargento do Exército Belga, um “leopardo africano”, o homem do abacoss²⁵.

Quem o conheceu sabe e diz que era um personagem da geração dos protagonistas da independência africana como Julius Nyerere (Tanzânia), Jomo Kenyatta (Quênia), Hastings Banda (Malawi), Nnamdi Azikine (Nigéria), Kwame Nkrumah (Ghana), Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Patrice Lumumba (Zaire)²⁶ ou Agostinho Neto, Holden Roberto, Jonas Malheiro Savimbi (Angola) e em sede própria José Eduardo dos Santos, *opinion makers* de distintas épocas e gerações.

No caso em análise, *Processo de Negociações e Paz em Angola*, ainda não são quantificáveis os esforços, sacrifícios e custos em comunicação, mediação, telecomunicações e logística; ainda não foram suficientemente investigados o papel desempenhado pelas lideranças partidárias em partilha de informação, naquela altura com um grande peso de confidencialidade, por um lado e por outro a dimensão de participação extra nacional e mesmo intercontinental como *facilitadora* da circulação ou fluxo comunicacional e de informação.

Diga-se de passagem, que por todo o lado, “as lições da Paz não têm sido convenientemente aproveitadas como capital conhecimento”.

²⁵ Abacoss – veste original de modelo africano.

²⁶ In *História da Imprensa* (pág. 621), p. 42.

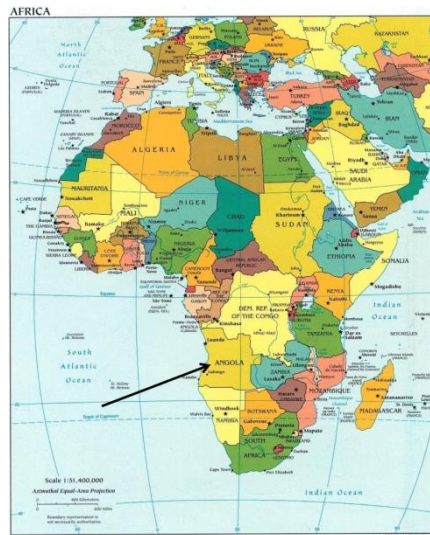


Fig. 5 – Mapa de Angola, no contexto africano

Fonte: Google, 2007.

A Paz: o Prémio Nobel da Paz, o Padre belga Dominique Pire sublinhava a esse propósito que *a paz é algo mais que o silêncio dos canhões. Ela constitui um estado de harmonia sem comparação com uma “coexistência pacífica” enraizada em cálculos, rancores e confrontos ideológicos, em preconceitos raciais e nacionalistas, que permanecem como outras tantas bombas dissimuladas, em muitas partes do mundo. A conquista de uma paz verdadeira não depende somente da clarividência dos “grandes”, mas da conversão dos espíritos e das relações humanas... A responsabilidade de cada um de nós está comprometida...*²⁷.

Falar, prevenir, promover e acautelar a Paz é provavelmente, em globalização, um dos maiores desafios para a comunicação e informação.²⁸

Vejamos o que ocorreu na situação de Angola: numa bela manhã de 1987, sob auspícios do Embaixador Norte-americano Herman Cohen, um hábil cavalheiro, os mediadores do processo de Paz eram *informados* de que uma das condições do Governo Angolano para o estabelecimento de negociações (conversações) directas era que o Dirigente da UNITA aceitasse o *exílio*.

Curiosamente (para a História), factos similares ocorreram na Libéria, no Zaire (RDC) e no Haiti sempre que a comunicação tenha tido colapso. E a história era repetida! Uma outra vertente tinha a ver com a integração dos militares da Organização Política UNITA, que nessa altura dispunha de um território (um terço do País), uma população

²⁷ PIRE, Dominique – **Construir a Paz**. Porto: Paisagem, 1970. p. 6.

²⁸ CHINDONDO, Peregrino – **A Segurança é Chave para uma Boa Governação**. Luanda: Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA), 2003. p. 7.

afecta no campo e nas cidades, bem como uma Administração reconhecida (por interesses) em vários Países do mundo Ocidental.

O *exílio* e a integração (que posteriormente se passou a designar inserção ou incorporação) constituíram durante longos meses de mediação, o entrave que só é actualmente comparável (contextos à parte) ao *Estatuto de Jerusalém*, no conflito que terá certamente fim, entre diversas gerações israelo-árabes.

Provavelmente, se a informação tivesse sido eticamente transmitida e a comunicação fosse abrangente, todo o interesse envolvido na resolução teria sido enquadrado, não apenas resumindo-se numa busca de fórmulas político-diplomáticas, mas também fazendo parte do processo comum de aprendizagem dos angolanos, com pragmatismo e verdade. As vantagens e economia de recursos teriam sido sem sombra de dúvida boas e contagiantes.

A identificação dos desafios colocados à Tróika de Observadores (Russos, Norte Americanos e Portugueses) no Processo de Paz de Angola, durante cerca de dez anos de “mandato oficioso”, continua a reflectir a necessidade de um estudo criterioso, conduzido por pessoas de bem e *egoisticamente desinteressadas*, se possível os *opinion makers* de cada Estado, sem fronteiras geracionais nem excessos emocionais.

A Rússia e os Estados Unidos haviam sido aliados preferenciais dos contendores, o que de facto dificultava em certa medida alguma comunicação e partilha de informações.

Mesmo quando houve a mediação do Zaire, da Zâmbia, do Quénia, da África do Sul e da Costa do Marfim, no período pós eleitoral (1994/2000), num ponto crítico de relação e factos ponderáveis, voltou-se à estaca zero e o ciclo de violência de guerra de informação negativa, e do medir de forças entre militares, preparados nas melhores escolas de armas e ciência militar do mundo, falou sempre mais alto.

A comunicação fracassou e a informação ficou viciada. Certamente a História também. Mas quando Portugal, dispendo de uma profunda interacção junto das partes e falando a mesma *língua*, se dedicou de corpo, finanças e alma (1988/1992) ao processo de mediação, através dos Acordos de Bicesse, negociados e rubricados em Estoril, posteriormente assinados em Lisboa (31/05/1991), foram encontrados os pilares de sustentabilidade para a Paz, Unidade e Reconciliação Nacional de Angola, moldados contextual e circunstancialmente, passo a passo, até ao compromisso alcançado em 2002 com o Entendimento do Luena, o mesmo em Cabinda, em 2006/2007, com o primeiro Entendimento de Cabinda entre a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, FLEC e o Governo de Angola.



Fig. 6 – Estruturas Comunicacionais Pós Conflito em Angola

Nota: Esta Instituição (CNRSPDD) situa-se próximo da Embaixada de Portugal em Angola, na Avenida de Portugal, Luanda. Actualmente, designa-se Grupo Multissectorial para a Reintegração dos Ex-Militares (GMRE).

Foto tirada em Luanda, 2009.

Apesar da evolução programática geral do actual Governo da República de Angola, a consciência patriótica construtiva e coesão dos militares e para militares, constituídos em estandarte da estabilidade nacional (Art.º 15 1º-2 da Lei Constitucional da II República e Art.º 208 1º da III República), continua a servir de mola impulsadora para a confiança dos cidadãos em geral. As dificuldades são humanas.

A informação entre esses servidores por excelência da Nação circula sem graves interrupções, tirando excepções próprias de um processo de mediação contínua que já tem 21 anos de existência, o que corresponde a uma nova geração de tecnocratas e especialistas de topo de gama que felizmente “está despida” de síndromas e traumas pós conflito.

Naturalmente que só a *técnica* não basta para fortalecer e dinamizar a comunicação; mas com o domínio que têm das novas tecnologias de informação e comunicação e as diversas pontes de comunicação de que dispõem, implantadas pelo mundo globalizado, cujas características estão bem presentes na formação que trazem, interagem com o *mundo informático* disponível. Assim, a seu tempo, terão sucesso.

Enquanto eram negociadas as múltiplas etapas do fim do conflito armado em Angola, o desenvolvimento posterior de tarefas conducentes à formação de Forças Armadas únicas, a inserção/reintegração sócio profissional dos ex-militares, o regresso de milhares de refugiados a residir em Países fronteiriços, o quotidiano de relacionamento individual e colectivo entre os membros das Delegações de negociadores, permitiu o estabelecimento de uma excelente comunicação.

Nos momentos de adversidade na transmissão das orientações políticas de cada uma das equipas presentes na Escola de Hotelaria de Estoril isso serviu de factor facilitador, como se de um modelo de mediação se tratasse, transpondo os diversos obstáculos.

De referir o papel activo e preponderante de algumas entidades presentes nessa altura às mesas de negociações (de assuntos civis e outra de assuntos militares) que foram de facto grandes comunicadores, hoje diríamos, *opinion makers* ou produtores de opinião.

Por outro lado, uma nota humana sobre a dimensão qualitativa de alguns dos protagonistas menos visíveis nos corredores da comunicação informal em Gbadolite, Kinshasa e Bicesse (1987 a 1991), apenas como referência para estudos ulteriores:

António França Ndalú (um gentleman e *Boss* das diligências em Chefia);

Lopo do Nascimento (uma grande ponte entre Jeremias Calandula Chitunda e as partes em negociação);

António Pitra Neto (que apelava à necessidade de muita serenidade entre os negociadores);

Jorge Alicerces Valentim (através do seu humor fecundo era de facto um dos principais Mais Velhos);

Mário Plácido Cirilo de Sá (o Grande militar do *renseignement*);

Geraldo Sachipengo Nunda (franzino de corpo mas profundo de alma e suas reflexões);

Gilberto Veríssimo (o homem de porte suave na ponte comunicativa tecnológica entre o Estado e os Negociadores);

Adolfo Rasoilo (o Jurista discreto e atento a toda a evolução entre os negociadores);

Arlindo Chenda Pena *Ben Ben* (o Comandante junto do hábil Altino Sapalalo Bock – ambos *in memoriam*);

José Semedo (um grande cavalheiro na busca do equilíbrio e da diferença pré e pós mesas negociais);

Marcial Adriano Ndachala (conhecedor como muito poucos os negociadores portugueses, mas actuante e sofisticado).

O País estava cansado de esperar pela Paz anunciada; os negociadores ansiavam poderem regressar a casa com o espírito de missão cumprida pela Pátria; os anfitriões do diálogo conseguido, também viam chegado o momento tão esperado do “*aperto de mãos*” entre o Presidente de Angola e o Dirigente das Forças oposicionistas (tendencialmente de-

signadas por conveniência de alguns círculos político diplomáticos por rebeldes), com os equívocos de linguagem a que esse tratamento remetia.

Curiosamente, enquanto prevaleciam designações pejorativas nesses círculos, havia exceções como a da Casa Branca Norte Americana onde o Presidente Ronald Reagan, no modelo então vigente de estratégia comunicativa, reiterava a designação alargada a outros teatros da Guerra Fria de *Combatentes da Liberdade* (Freedom Fighters).

Em 16 anos de um Processo complexo de Paz, Reconciliação e Reconstrução Nacional, a Comissão Nacional de Reintegração Social e Produtiva dos Desmobilizados e Deslocados Angolanos (fig. 7, pág. 36), foi sem dúvida uma das iniciativas mediadoras e placa giratória do sistema de informação social e comunicacional mais visível a vários níveis.

Contudo, os beneficiários nem sempre obtêm a informação desejada, modelo de mediação este que terá de evoluir para patamares institucionais mais responsabilizados pelo Estado, por particulares e sobretudo com o contributo dos *media*.

Com todas as fragilidades a apontar, não deixa de ser uma aplicação *in situ* de experiências e exigências de melhoria da comunicabilidade. Uma prática relevante a ajustar ao novo modelo de mediação e comunicabilidade.

No novo modelo de mediação e no cumprimento do objectivo em promover práticas de mediação, para gerir a mudança, liga-se o conhecimento à decisão e comunicação.

Tirando vantagens da globalização comunicativa, é notória alguma debilidade institucional na prestação de um serviço de comunicação ou de jornalismo de proximidade: quanto mais fácil é tomarmos conhecimento dos acontecimentos longínquos, mais nos distanciamos da realidade mais próxima.

Estar-se-á perante a necessidade de algum jornalismo alternativo, quando o “jornalista clássico” com o surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação é menos disponível? Como diz o Prof. Doutor Pena “...a lógica do saber/poder está a ser substituída pelo poder/mover.”²⁹

²⁹ PENA, António de Oliveira – **A Comunicação como forma para reduzir a incerteza em situações complexas de decisão**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Maio de 2005. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Ciências Sociais. p. 18, 213, 249, 312 e 318. Esta é uma proposta académica como importante instrumento para conseguir melhorar o relacionamento humano a todos os níveis e ajudar a resolver as problemáticas decisórias que se colocam nos mais diversificados campos de actividade. Cinco esferas de Aprendizagem/Conhecimento interligadas de forma a destacar-se um mínimo comum de prática de comunicabilidade dos paradigmas: teoria da argumentação, técnica, pragmática, relação sistema meio e critérios epistémicos caracterizadores de racionalidade. Este conjunto envolvesse com uma coroa circular recomendando posturas de coerência, eficácia, aprendizagem e partilha de poderes, saberes e economia. Na verdade interligar a sabedoria (critérios epistémicos) com formas de comunicar dinâmicas e actualizadas, talvez permita que este *modelo de mediação* possa contribuir. Parece estar a ser urgente para resolver as *turbulên-*

Uma última nota de cariz técnico, tecnológico e comunicacional tem naturalmente a ver com a hegemonia da Televisão, entre os diversos órgãos da comunicação social. De facto a televisão dá-nos a imagem da realidade e permite a modificação das representações do mundo. Torna-se, hoje, numa das principais fontes de construção da realidade social, mediante a difusão de diferentes modelos de comportamento, hábitos de vida, opiniões diversas e estilos de vida.

Transpondo esse caso prático à situação actual, uma vez que pretendemos consolidar as conquistas até cá alcançadas no espírito de Paz e Reconciliação Nacional, o Processo de Negociações Pós Conflito em Angola, é uma constante da vida Nacional por muitos mais anos.

Ao saber-se conciliar o uso dos meios tecnológicos, a aprendizagem científica adaptada à realidade do novo País e a ética no exercício de funções estaduais ou privadas, através de uma adequada partilha de informação e pragmatismo na comunicação, estará muito próximo de serem percorridas as cinco esferas com todos os respectivos pontos de contacto, do *novo modelo* proposto à magna aprovação académica pelo Autor²⁹ e que temos o privilégio de valorizar neste trabalho, como é a seguir ilustrado.



Fig. 7 – A forma da nova comunicabilidade²⁹

Num mundo cada vez mais próximo em comunicação, mas complexo na natureza de informações úteis ou disponíveis, são diversos os desafios que cada Estado, Comunidade ou pessoa enfrentam, desde falácias, desinformação, informação publicitária, indispensáveis com certeza à vida e sociedades modernas.

cias que tendem emergir diariamente. Extracto da lição do Prof. António Pena aos seus alunos na Academia Militar de Lisboa (11 de Fevereiro de 2008).

Comunicação é uma palavra que já começa a soar com alguma magia, consequentemente de imenso sucesso nas sociedades contemporâneas, na política, nos *media*, na publicidade, no marketing ou mesmo para justificar o insucesso.³⁰

Opinion Makers ou os comunicadores no novo século, devem ser pessoas de bem, com percursos de vida aceitáveis nas comunidades, usualmente provenientes de saudáveis princípios éticos e constituem-se em fonte especializada de assuntos de interesse geral. Com o tempo ganham práticas jornalísticas de grandes comunicadores, sem excessos do “poder abusivo” perante os meios de Comunicação Social.

O debate sobre o papel dos *opinion makers*, além de ser actual é particularmente muito interessante, havendo visões favoráveis e desfavoráveis. Trabalham a verdade e não a ficção, analisando as suposições. Nem sempre acautelam cometer o erro de petição de princípio, atribuindo aos destinatários da informação a lógica destes dominarem aquele conhecimento, corroborando.

De facto e seguindo a abordagem e necessidade de interligar o conjunto de referências do trabalho muito exaustivo dos “comentadores” em qualquer cadeia de comunicação onde se encontrem, ao *Modelo de Mediação*, a prática habitualmente muito louvável dessas entidades explica cada vez mais a importância da Comunicação como vimos desenvolvendo.

Vejamos alguns *opinion makers* pelo mundo da grande e alta oratória: Presidente Bill Clinton, John Horgan, Alvin e Heidi Toffler (norte-americanos), Presidente Mário Soares e José Mourinho (Portugueses), Presidente Fidel Castro (Cubano), Presidentes Nelson Mandela e Joaquim Chissano (Africanos), Primeiro-Ministro Xanana Gusmão e Dom Ximenes Belo (Timorenses), como meras referências qualitativas internacionais.

Na sua generalidade representam diversas gerações de comunicadores. Já entram para os perfis de escassez humana, cuja continuidade processual é uma profunda incerteza.

Com o mundo que cada vez mais está votado à desumanização da comunicação, isto convoca uma grande necessidade de se apostar na comunicação e comunicabilidade.

Nos dias de vida intensa da globalização em vigor, em que “os públicos dispõem da mesma informação àquele segundo”, “em que... como dizia Platão (filósofo grego, 427-347 a. C.), *as grandes naturezas produzem grandes vícios*”, que lições podemos retirar da oferta de informação que nos invade a privacidade, se esta ainda se pode constituir em direito adquirido à nascença e como beneficiar da generosidade de análise dos “*cérebros ou*

³⁰ BRANDÃO, Nuno Goulart – **Espectáculo das Notícias**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. ISBN 9789724613680. p. 48.

opinion makers” que indirectamente parecem disputar algum protagonismo comunicativo, por vezes satisfazendo sobretudo interesses de grupo?

2.2. São Lições deste estudo de caso angolano as seguintes:

O poder cada vez mais presente dos *media*, parte da sua capacidade de *influenciar aprendizagens* e antecipar crises. Embora se exija cada vez mais profissionalismo, a rapidez, fluxo e disponibilidade de informações simultâneas aos diversos públicos, representará um contínuo desafio dos *media* e comunicadores, vulgo *opinion makers*.

Comunicar convenientemente pode mobilizar milhões que se interessam pelos assuntos ou apenas porque se comovem pela sua natureza; a selecção criteriosa dos *opinion makers* como mediadores comunicativos constitui o desafio por excelência, também em prevenção de conflitos.

Seja qual for a sua hierarquia espacial, os *media*³¹, ser Jornalista ou colaborar, representa uma participação activa na construção das sociedades, cada vez mais atentas à dinâmica comunicacional. É contudo sobre questões ético profissionais que recai o desafio principal, para estabilidade dos beneficiários do serviço público dos *media*.

Cada cidadão pode e deve ser um *embaixador* da devida comunicabilidade, para moldar e (ou) alterar *comportamentos*, pesando sob sua subjectividade e responsabilidade, a informação certa emitida.

A nova mediação, consubstanciada no modelo ilustrativo de comunicabilidade (fig. 3, pág. 27), recomenda que sejam envolvidos os cinco *processos de comunicabilidade* (relacionados a conhecimentos e práticas sobre comunicação, produzidos ao longo dos últimos cem anos) interligados e coexistindo em espaço comum, representado por uma coroa circular, nela constando como postulados **a Aprendizagem, a Coerência, a Eficácia, a Partilha** (esta de poderes, saberes e economia) e **a Verdade**, numa relação sistema/meio e critérios epistémicos caracterizadores de racionalidade humana.

É imperativo que sejam aperfeiçoados os sistemas de comunicação (*hardware, software e comunicabilidade*) sobretudo para a prevenção de crises estruturais, expansão descontrolada da pobreza e do novo síndrome conflitual, resultante do desgaste psicológico de sociedades globalizadas pela comunicação e pelo consumismo exacerbado.

Cada época da História dos povos dispõe de conflitos próprios. Os anos 40 do século XX, em Angola, foram palco de grandes perturbações religiosas entre católicos e protes-

³¹ LA BAUME, Renaud de; BERTOLUS, Jean-Jérôme, co-aut. – **A Louca História dos Multimédia: os novos senhores do mundo**. Lisboa: Teorema, cop. 1995. ISBN 972-695-256-5. p. 19.

tantes, sem que tenham atingido o profundo sentimento de ruptura como em vários outros Países em séculos anteriores.

Curiosamente, a percepção de que a mão americana na religião protestante foi responsável por coisas que causaram danos na relação social pós-colonial angolana, é sem dúvida matéria para estudos avançados nessa matéria. As gerações que viveram tais épocas e que sobreviveram em tempos de colonialismo contam, com muita amargura, as tristes experiências vivenciais.

Há toda a necessidade de nunca ser esquecida a História, para que as lições aprendidas sirvam de prevenção para conflitos cujas raízes, as novas gerações nada têm a ver, mas que são um autêntico fenómeno que não acautelado pode-se desenvolver, por efeito dominó. Ainda aí, os Centros Digitais de Alerta, podem ser muito eficazes se geridos com todos esses ingredientes acima analisados.

Ignorar a História é repetir os erros do passado e da acumulação de ressentimentos. Pouco servirão os sensores, se as pessoas, elas próprias, geração após geração forem o impedimento para uma gestão à altura da evolução tecnológica moderna.

Os negociadores do Processo de Paz Angolano são um bom exemplo, e um bom exemplo, diz Stanley Fisher, vale por mil teorias. Quem sabe, “da confusão, nasça a simplicidade; da discórdia nasça a harmonia e no seio da dificuldade esteja a oportunidade (Albert Einstein), também para a tecnologia e ciência angolanas.

O propósito Resolução, seguido da vontade em concretizá-lo, são a fonte inesgotável para a mudança estratégica comportamental ao longo da História dos Conflitos. Uma Oração como aquela que consta em anexo, valorizada pelas diversas comunidades cristãs ou outras aderentes do espírito e letra da mesma, interpretada através do sistema nacional de ensino, transmitida de forma transversal através dos meios de divulgação pública, fazendo parte de um modelo educativo estratégico, constitui-se em empreendedorismo psicológico.

O ensino não deve ser apenas o dos computadores; estes sirvam de facilitador tecnológico.

Empreendedorismo é a palavra que pode resumir os motivos que levam uma pessoa a transformar em realidade, algo que era apenas uma ideia, presa num papel ou muitas vezes somente na mente e coração.

O empreendedorismo, como corrente de pensamento e acção, pode ser determinante para o crescimento da consciência nacional e o desenvolvimento socioeconómico de um País.

Em Países como Angola, onde existem níveis deficitários de consciência nacional para harmonia e prevenção de conflitos, o empreendedorismo em Ética, criará condições para melhores desempenhos, maior eficácia na gestão da mudança comportamental, sobretudo em relação às boas práticas das pessoas, a funcionar em rede coordenada de comunicabilidade, interactiva e repleta de incentivos ao seu alargamento.

Os facilitadores em resolução de conflitos, são empreendedores que antes de qualquer coisa mais, sonham estabilidade, emitem filosofias interiores cujas ideias poderão tornar-se verdadeiras fontes de criação de valor; têm de ser gente de cultura e elevação espiritual. É investimento humano.

Há que promover e incentivar quem faz boas coisas de maneira diferente, pois o que está em causa é o futuro dos mais jovens, vítimas de comportamentos cuja explicitação ainda não é produto informativo das diversas escolas do pensamento de vários Países em vias de desenvolvimento, com ênfase no Continente Africano.

Cultura pode ser a capacidade de sobrevivência em meio social hostil. A juventude não tem de temer o seu futuro; com conhecimento e imaginação, terão de ter êxito, desde que tenham esperança e trabalhem sem a pressa comercial; busquem primeiro a responsabilização, em solidariedade.

Os Dirigentes de hoje foram os jovens abnegados e sacrificados de ontem, na sua grande maioria, sem as tecnologias 4G de hoje, mas com os correios e telegramas a funcionar sob espírito de gente responsável. Esta é uma questão macro, o fortalecimento da imaginação e da auto-estima dos “mais novos”.

O Estado é por princípio uma pessoa de bem e os jovens devem propor as suas ideias, transformá-las em contributo da ciência, sempre de forma organizada, sem ruídos desnecessários, dialogando e negociando positivamente com os Governantes, nós mesmos! Eles próprios! Haverá resistências, pois a implementação da mudança leva anos e por vezes gerações.

Como dizia o economista da Stanford, Paul Romer, *são necessários 15 anos para formar um cientista ou um engenheiro de topo, desde que uma criança se apaixona por ciências e matemática da escola primária*. De salientar que há mais de 23 anos que a União Europeia implementa a mudança comportamental através do empreendedorismo.

Justiça seja feita, pois, mesmo em África, já existem sinais de mudança em identificados sectores de formação. Quando um Instituto Superior Militar hoje Escola Superior de Guerra, se preocupa em integrar no seu currículo académico a Cadeira de Ética, dada por um Sacerdote de renome, para os destinatários humanos desse País, já há descodificação.

As tecnologias são importantes, mas os candidatos às lideranças sectoriais devem ter as mentes abertas ao futuro do empreendedorismo em Ética. Como dizia o Profeta Maomé, *ir buscar o conhecimento, mesmo à China*. Hoje é a superpotência económica, silenciosamente. A imaginação é mais importante do que o conhecimento (Albert Einstein), transformado em novo paradigma. Começam a recair para o BTIP (Banco Tecnológico de Informação Preventiva), novas determinantes para a conflitualidade. Parecendo paradoxal, é fundamental lembrar as sociedades emergentes de que de facto a Paz que perdura não é aquela que resulta dos vitoriosos, mas aquela que resulta da Cooperação (Prof. Doutor Sérgio de Andréa Ferreira).

O orçamento nacional deve ser equilibrado. As dívidas públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta própria (Marcus Tullius – Roma, ano 55 a. C.).

Nós utilizamos muitas vezes a informação, não para construir, mas para destruir. Muita gente contribui para a desgraça, mas poucos para evitá-la.³²

É muito mais fácil olhar para a televisão do que encontrar soluções para os problemas. É preciso trabalho. Outros ficarão para continuar o Projecto, pois, aprende-se gestão, mas o gestor de recursos humanos tem de ser sensível, sabendo ouvir e conversar com qualquer pessoa, para depois sugerir as melhores ideias e soluções.

2.3. Propostas

Com o surgimento da Associação de Guerra de Informação/*Competitive Intelligence*, por iniciativa dos finalistas da 4ª Edição desse Curso da Academia Militar de Lisboa, é desejável que a passagem à prática de múltiplos aspectos relevantes sobre os desafios em comunicação e informação, até agora apenas circunscritos em ciclos e círculos restritos dos *opinion makers*, seja apoiada e promovida com brevidade e urgência, estendendo a sua acção futura aos espaços comuns de civilização e busca/partilha do saber.

Uma das maneiras achadas capazes de valorizar e dinamizar o novo modelo de mediação, é a divulgação do mesmo, pelo espaço académico superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, através de colóquios em círculos competentes, alargando-o à SADC (Southern Africa Development Community).

³² Prof. Preciosa, Directora da Escola Portuguesa de Luanda em Assembleia Geral. 12/12/2009.

Urge dinamizar o papel determinante da comunicação na prevenção de conflitos. Aqui, apela-se ao comunicador, a sensibilidade de conhecer primeiro e falar depois, rodeando-se dos melhores e competentes jornalistas disponíveis.

Dada a escassez de recursos pelo mundo globalizado, faz sentido que a aprendizagem entre pessoas e Nações faça parte de Projectos interculturais concretos, uma vez que enquanto em algumas sociedades (outrora subdesenvolvidas) cresce a necessidade de partilha de conhecimentos, noutras atingiu-se o cume da prática e do saber, faltando apenas habitar colectivamente no espaço geofísico. Mas, temos todos muito por aprender e a comunicação pode facilitar a reformulação desse processo, mediando.

No novo modelo de mediação proposto pelo Professor Doutor António Pena, na coroa circular de valores e atitudes, o conceito de Verdade interliga-se nos conjuntos Verdade/Autoridade e Verdade/Utilidade, como valor a relevar na prática comunicativa.

Só assim é razoável transmitir às novas gerações, a importância de um tema crucial em globalização, a transparência como atributo dos direitos, liberdades e garantias do cidadão, comunicando.

O futuro de Angola pode ser diferente, mas apenas se começarmos a agir de imediato e de forma diferente. Formar gestores de topo leva muito tempo certamente, mas é a caminhar que se faz caminho. Ninguém se sente bem se for deixado de fora do edifício da Paz.

A fragilidade das instituições, a falta de cultura na preservação da documentação, como parte importante para o estudo e análise, por agentes públicos e privados, que direccionam as tomadas de decisão em ciência pura, sistematização e tratamento do conhecimento, tudo isso tem de ser gerido através das ideias e excelência em formação.

As ideias não se digladiam, digladiam-se os homens pelas ideias (citação afixada na ACM Coimbra).

A contenção é um esforço *a posteriori*, enquanto a prevenção é uma antecipação da necessidade desse esforço; a contenção da guerra, da ignorância, das doenças e da fome passa por mecanismos em cada um dos esforços: dispensários, centros de saúde, facilitação e melhor organização quanto à circulação do acesso ao sistema nacional de saúde; água potável, saneamento básico e habitação condigna para a população em geral; promover o empreendedorismo feminino (por ser a maior percentagem da população no caso de Angola), valorização da Internet, com portais de pequenos negócios de base local (exemplo do artesanato como fonte de rendimento da população local); levar em viaturas itinerantes volumes de informação útil para o

ensino e educação das pessoas, sempre tendo em atenção que a educação é o cavaleiro mais importante; são os que vêm das melhores e boas famílias, aqueles que moldam os futuros dirigentes; os líderes do novo tempo.

Com o saber e o imaginar que isso implica, o que fica para trás é o ensino, a tecnologia e em última análise, o problema da liderança;

Os regimes de exceção legal podem facilitar o fluxo da informação e com ele o novo papel e regime associado ao marketing das ideias. Da mesma forma que em terra de cegos quem tem um olho é rei, nas novas comunidades da sociedade de informação, quem dispuser de uma boa informação, uma bolsa o mais completa possível de ideias ou através da criação de âncoras, tem o domínio dos acontecimentos. Com o BTIP, a excelência no tratamento e partilha do alerta, por níveis de utilização.

CAPÍTULO 3 – O PAPEL DOS UTENTES DA INFORMAÇÃO CONFLITUOSA

Os novos desafios

A arte do conhecimento é a materialização da alma, do espírito e dos sentimentos.

Canha, Norberto Rêgo, Presidente da ACM Coimbra,
em entrevista ao mestrando. 2009.

Chegados a este momento, importa retomar três assuntos referidos sem grande pormenor no Capítulo II: a nossa adaptação às tecnologias, a necessidade de aprendermos a utilizá-las e a velocidade como tudo se tem desenvolvido nos últimos anos³³ como desafio estruturante para o mundo moderno das tecnologias de ponta.

3.1. A NOSSA ADAPTAÇÃO ÀS TECNOLOGIAS

O ser humano, ilimitado na sua imaginação, ao mesmo tempo que cria, também não resiste à tentação de recriar, para que a perfeição permita alcançar níveis de desenvolvimento através dos quais ele consiga sobreviver da dinâmica concorrencial, a qualquer nível de existência.³⁴

Aquelas pessoas que desde cedo têm a possibilidade de aprender para o reforço das suas autodefesas, aproveitando convenientemente essas oportunidades, crescem melhor preparadas, dependendo da convergência feliz de outros factores externos, como por exemplo o meio ambiente que os rodeia, a profundidade dos ensinamentos e certamente a sua capacidade de adaptação.

As tecnologias, inventadas para determinados fins, nem sempre são iguais à natureza humana dos seus utilizadores, nem ao estágio de desenvolvimento dos locais onde habitamos.

³³ SOARES, Mário; PINTO, Sérgio Sousa – **Diálogo de gerações: sobre Portugal, o Socialismo, a Europa e a Globalização**, 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2004. ISBN 972-759-726. p. 6.

³⁴ BALL, Nicole – The Challenge of Rebuilding War-Torn Societies. In CROCKER, Chester A. (ed.); HAMPSON, Fen Osler (ed.); AALL, Pamela (ed.) – “Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflict”. Washington: United States Institute of Peace, 2001. ISBN 1-929223-27-7. Parte V, 42, p. 719-736. p. 735.

Nunca é demais lembrar o seguinte: a era da informação surgiu logo após a revolução industrial. *Tem as suas bases no princípio do século XX, com as invenções dos micro-computadores, da fibra óptica e dos computadores pessoais. Neste período surgiram as redes mundiais de computadores. Actualmente as empresas vivem a era da informação com grande intensidade. Vivemos uma altura excitante na “Idade da Informação”, assim dizia Bill Gates, em 1995, alertando ao começo da Idade da Informação, referindo que a tecnologia iria transformar as nossas vidas quer fosse para melhorar ou piorar, sendo certo que a tecnologia iria dar um maior controlo e permitir que as experiências e os produtos fossem adaptados aos nossos interesses.*³⁵

Vejamos por exemplo, como seria mais fácil para países como Angola, utilizarem-se as tecnologias disponíveis no sector mineiro, em detecção remota das jazidas! Na falta dessas tecnologias, são inúmeros os conflitos daqueles (as) que se debatem com o dia-a-dia da procura do precioso recurso, muitas vezes sob pena da perda das irrecuperáveis vidas como cidadãos.

Situações similares ocorrem em qualquer uma das organizações que se preze concorrer para passos de gigante em qualquer cadeia de valor empresarial.

Há por isso toda uma necessidade de educar para a importância do saber tecnológico, para que seja possível, no nosso tempo de vida, aproveitar o conhecimento disponível e reduzir o desperdício a que normalmente nos vemos relegados quando não buscamos o aperfeiçoamento através da ciência.³⁶

Mas a tecnologia é dispendiosa. Ao pretender-se alargar os benefícios de prevenção de conflitos a mais cidadãos disponíveis e com igual direito, reacende o debate sobre quem paga a formação dos utentes *infotec*, quando nem para a resolução social se conseguem defender, por escassez e perda crescente do seu poder económico?

A resposta a este desafio educativo nacional passa certamente por uma conciliação de interesses e aperfeiçoamento de parcerias entre o Estado e os privados, para que os programas de formação dos escalões principiantes, actualização dos mais adultos e partilha de responsabilidades dos dirigentes se façam de forma sustentável.

Prevalecerá sempre a visão de que à medida que o mundo evolui, as pessoas deverão acompanhar o ritmo que corresponda aos interesses dessas comunidades, aplicando convenientemente as políticas de desenvolvimento, exigíveis às tutelas responsáveis pelas

³⁵ KLEIN, Gary – **Sources of Power: How People Make Decisions**. London: MIT Press Ltd, 1999. ISBN 9780262611466. p. 24.

³⁶ MILLS, Greg [et. al.] – Trade, development and security in Africa: all sides of the same coin?. Whitehall Paper. London: Royal United Services Institute for Defense Studies. ISSN 0268-1307. N.º 65 (2005), p. 15.

sociedades de informação, onde o Estado tem o dever de trabalhar positivamente, por inerência do direito à informação, comunicação, educação e formação previstos na Constituição.

É exactamente aqui onde o papel do **BTIP** pode ser relevante, na busca dessa nova consciência para a sensibilização dos cidadãos,³⁷ por pequenas ou médias medidas facilitadoras de resolução antecipada de conflitos individuais, se os utentes e o Estado assim o desejarem e firmarem.

Todos gerimos conflitos no nosso quotidiano, mas poucos valorizam as tecnologias para atenuar a agressividade da falta de comunicação, ainda que com os necessários recursos à mão. O primeiro beneficiário da aplicabilidade dos novos sistemas tecnológicos, é ao mesmo tempo o destinatário da sua importância funcional. A aplicação e uso de novos protótipos de alerta, compreende uma fase mais avançada do estudo ora iniciado, para que ao pretender-se uma adaptação progressiva e alargada comunitariamente às novas tecnologias, possamos igualmente dispor, caso a caso, de competências que respondam em dualidade consciência/valor, aos novos sinais de alarme, que crescem de geração para geração, constituindo matéria estratégica preocupação do nosso tempo onde a defesa se subordina à estratégia nacional de segurança.

3.1.1. A necessidade de aprendermos a utilizar as novas tecnologias

De países para outros, o grau de evolução começa a ser aferido não pela quantidade de recursos materiais, mas pela capacidade de gestão dos recursos humanos disponíveis.³⁸

Numa das entrevistas concedidas pelo Senhor Ministro da Saúde de Angola, Dr. José Vieira Dias Vandunem, para efeitos deste estudo na vertente da ciência médica, por causa da experiência por ocasião do combate ao *Marburg* e todos os conflitos institucionais e pessoais que essa epidemia gerou na região norte de Angola e transfronteiriça, uma das notas retidas quanto ao futuro tem a ver com a inexistência de mais Centros de diagnóstico médico na nossa Região Austral.

O exemplo da sua visita, a convite do Centro de Diagnóstico de Atlanta, reflecte a aposta do mundo em tecnologias para a protecção partilhada da vida humana, animal ou vegetal, porque está tudo muito relacionado.

³⁷ COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas – **Understanding Civil War (volume 1: Africa): Evidence and Analysis**. Washington: The World Bank, 2005. ISBN 978-0- 8213-6047-7. p. 76.

³⁸ LEITE, Arnaldo – Reflexões sobre a problemática da Desmobilização Militar. Texto Conferência. Lisboa: Cooperativas Portuguesas, 2002-05-18. p. 3.

A escola do novo tempo tem de se adaptar às contingências e evolução da ciência, para que o conhecimento não seja apenas a cultura geral a que nos vimos habituando. Esta, sim, deve criar mais incentivos para a aprendizagem científica, através do aprofundamento da investigação desde o início escolar.³⁹

A geração escolar dos anos noventa, já tem algum domínio de certas técnicas, resultantes do uso de novas tecnologias, que são sempre um evoluir cíclico do saber.

A consciência sobre a importância das novas descobertas tecnológicas para o melhoramento da vida das pessoas, pode cruzar com as valências por eles gradualmente dominadas, desde que assim o desejem e sejam orientados.

Observa-se com muito interesse, o regresso aos países de origem, de muitos jovens formados pelas melhores escolas e de referência do saber contemporâneo. Trazem consigo inúmeras iniciativas, porque cresceram nesse ambiente maduro e desafiante. São os mestres do novo saber face às tecnologias, mesmo que também tenham consciência da sua imaturidade perante o universo de novos conflitos existenciais.

Seria desperdício não encontrar acolhimento às suas preocupações,⁴⁰ percebermos a sua relação com o novo momento das suas aspirações tecnológicas, encorajarmos a sua inserção científica e social, como quando muitos das nossas gerações foram catapultados à velocidade do conhecimento electrónico e informático de há bem poucos anos.

O debate nacional construtivo, regrado e participativo sobre o papel das novas tecnologias, deverá passar por um programa académico e de educação para a *cidadania info-tec* que está iniciado.

3.2. OS DESAFIOS ESTRUTURANTES PARA O MUNDO NOVO DAS TECNOLOGIAS DE PONTA

As novas tecnologias surpreendem-nos todos os dias. Haverá quem não adira tão rapidamente às máquinas automáticas de preparação de mantimentos; ao uso já praticamente adquirido de *bypasses* de toda a natureza; à aplicação de próteses adaptativas, em suma as habituais resistências de geração em geração. É natural e perfeitamente aceitável.

Já nos parece perseguido de muita negligência, para não ser caracterizado por outras figuras civilizacionais, o adormecimento sobre a beleza das ideias que circulam com a

³⁹ LANDES, David S. – **A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres**. Lisboa: Gradiva, 2001. ISBN 9789726628040. p. 82.

⁴⁰ TOFFLER, Alvin e Heidi – **A Revolução da Riqueza: Como será criada e como alterará as nossas vidas**. 2.^a. Lisboa: Actual Editora, 2007. ISBN 989-9514-95-0. p. 132.

maior das facilidades electrónicas,⁴¹ sem que despertemos para o descolar das novas gerações *infotec*.

Existem novos conflitos, resultantes do excesso de informação divulgada e nem sempre apurada. Há que usar as mesmas tecnologias para programas de uma educação tecnológica mais equilibrada.

A liberdade de informar porque nada impede que o texto passe de mão em mão, deve convocar programas de interesse comum, promovidos pelas mesmas razões, com vista a uma maior protecção das pessoas, os novos utentes do direito à informação não verificada, mas que dificilmente se vai a tempo de alterar os seus efeitos nocivos.

Convencer as novas gerações para que estejam alerta sobre comportamentos que do simples efeito em psicologia de massas possam evoluir para o descontrolo comunitário, ou o desencaminhamento dos nossos cidadãos *infotec*, que se transformam em instrumento de causas alheias, é um grande desafio.

A existência de organizações civis, privadas, colaborantes e construtivas que valorizem os meios tão complexos, caros mas eficazes e que nos ajudem a aperfeiçoar condições científicas para uma maior segurança e melhoria de condições de vida das populações, pode constituir-se num importante, compensatório e interessante modelo de aproveitamento das novas tecnologias.

O dinheiro para estes empreendimentos é novamente uma questão de boa gestão, sobre a qual as novas gerações do conhecimento podem dar um grande contributo. As tecnologias alargaram os nossos horizontes, encurtaram as nossas distâncias, aperfeiçoaram as nossas vias de comunicação, introduziram-nos em ambientes sociais outrora vedados aos nossos pais, somos gente *infotec*. Qualquer outro desafio é apenas uma questão de vontade e investimento.

Quando deixarmos de ter a preocupação de prever tudo e passarmos a contar com outras formas de cuidar da nossa saúde, do nosso sossego, da nossa gestão das contas bancárias que desaparecem por um alarme tardio de *declaração de falência*; afinal um dos bancários havia dado o alerta dessa eventualidade, mas nenhuma forma de organização preventiva o validou.

Quando os médicos assinalam a todos os ventos a desmotivação dos obreiros mais delicados das nossas vidas, que ninguém acode porque cada um por si e a sorte por todos,

⁴¹ FRANCO, Mário – **Movisão, a televisão-móvel**. Lisboa: Opúsculos Nómadas, 2006. ISBN 989-95204-0-3. p. 14.

há tecnologias que podem desempenhar esse papel e gerações que as dominam que querem ajudar os seus países a ir mais longe. Mas toda a gente nova quer ficar na capital!

Haja orçamentos porque trabalhar sabe-se, e a ser um conflito também, pode ser prevenido através da informação e tecnologia!

Os alertas GPS poderão ser possíveis, pois também evoluem nessa dimensão, e a *geração infotec* poderá ser a primeira a aceitá-los, porque sabe valorizar as tecnologias, o seu principal desafio.⁴²

Eles não se lembram dos conflitos⁴³ da era do maior suplício da nossa história, traduzido nesta *oração pela Paz: ó Deus nosso Pai, que nos criastes à Vossa imagem e semelhança, nos tornaste Vossos filhos adoptivos e irmãos uns dos outros; Olhai para nós, Vosso povo, dilacerados por uma guerra que nos divide, levantando entre nós muros de ódio e de vingança. Vede «a miséria do Vosso Povo, a sua dor e os seus clamores»: o muito sangue derramado, os imensos sofrimentos, o sem número de vítimas inocentes, homens, mulheres e crianças. Reconhecemos, Pai Santo, que a raiz profunda dos nossos males é o nosso pecado, enquanto negação do Vosso amor e do amor devido aos outros. Dai-nos um coração novo, que saiba amar e perdoar, capaz de compreender e acolher o irmão, que nunca se deixe vencer pelo mal, mas antes vença o mal pelo bem. Fazei de nós homens e mulheres de paz, mensageiros da verdade, da Justiça e do Amor. Dai-nos a Paz, a Paz verdadeira que Jesus Cristo nos deixou e que Vos pedimos pela mediação de Maria, nossa Mãe e Rainha da Paz. Ámen.* (Transcrição – Com autorização dos Bispos Católicos de Angola e S. Tomé)

Uma nota final sobre o desafio que ainda não representa para as novas gerações de potenciais dirigentes dos nossos países, uma das melhores opções: o *empreendedorismo*.

Empreendedorismo é a palavra que pode resumir os motivos que levam uma pessoa a transformar em realidade, algo que era apenas uma ideia, presa num papel ou muitas vezes somente na mente e coração. Cultura é a capacidade de sobrevivência em meio hostil.

Os facilitadores em resolução de conflitos, são empreendedores que antes de qualquer coisa mais, sonham, emitem filosofias interiores cujas ideias poderão tornar-se verdadeiras fontes de criação de valor; têm de ser gente de cultura, ínfima que seja.

⁴² PORTER, Michael – **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. ISBN 85-7001-558-5. p. 50.

⁴³ COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas – **Understanding Civil War (volume 1: Africa): Evidence and Analysis**. Washington: The World Bank, 2005. ISBN 978-0- 8213-6047-7. p. 27.

O empreendedorismo, como corrente de pensamento e acção, pode ser determinante para o crescimento da consciência nacional e o desenvolvimento socioeconómico de um País.

Em Países como Angola, onde existem níveis deficitários de consciência nacional para harmonia e prevenção de conflitos, o empreendedorismo em Ética, criará condições para melhores desempenhos, maior eficácia na gestão da mudança comportamental, sobretudo em relação às boas práticas das pessoas, a funcionar em rede, coordenada por comunicabilidade, interactiva e repleta de incentivos ao seu alargamento.

Há que promover e incentivar quem faz coisas de maneira diferente, pois o que está em causa é o futuro dos mais jovens, vítimas de comportamentos cuja explicitação ainda não é produto informativo das diversas escolas do pensamento de Países em vias de desenvolvimento, com ênfase no Continente Africano.⁴⁴

A juventude não tem de temer o seu futuro; com conhecimento e imaginação, terá êxito, desde que tenha esperança e trabalhe. Em Angola, os Dirigentes de hoje foram os jovens abnegados e sacrificados de ontem, na sua grande maioria, sem as tecnologias 4G de hoje, mas com os correios e telegramas a funcionar sob espírito de gente responsável.

A questão central é o fortalecimento da imaginação e da auto-estima dos “*mais novos*”. O Estado é por princípio uma pessoa de bem⁴⁵ e os jovens devem propor as suas ideias, transformá-las em contributo da ciência, sempre de forma organizada, sem ruídos desnecessários, dialogando e negociando positivamente com os Governantes, nós mesmos! Haverá resistências, pois a implementação da mudança leva anos.⁴⁶

Como dizia o economista da *Stanford*, Paul Romer, *são necessários 15 anos para formar um cientista ou um engenheiro de topo, desde que uma criança se apaixona por ciências e matemática da escola primária.*

De salientar que há 25 anos que a União Europeia implementa a mudança comportamental através do empreendedorismo.

Há que formar mais pessoas e educar as comunidades, *opening the political space*⁴⁷ para que as novas gerações e as gerações vindouras sejam poupadas, como fomos no nosso

⁴⁴ TAPSCOTT, Don; CASTON, Art – **Paradigm Shift: The New Promise of Information Technology**. New York: McGraw-Hill, 1993. ISBN 0-07-062857-2. p. 12.

⁴⁵ MOREIRA, Vital – Globalização e Estado Regulador. Conferência. Coimbra: Faculdade de Direito, 2002-03-09. p. 9.

⁴⁶ CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. 1. 6.ª ed. São Paulo: Paz e Terra S. A., 1999. ISBN 9788577530366. p. 13.

⁴⁷ VIDAL, Nuno – The Angolan Regime and the Move to Multiparty Politics. In CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno – “Angola: The Weight of History”. New York: Columbia University Press, cop. 2008. ISBN 978-0-231-70015-3. Cap. 4 (p. 124-174), p. 158.

tempo⁴⁸, perante tantos conflitos que ainda assolam o Continente Africano, vezes sem conta por mera falta de bom senso e experiência na gestão da prevenção de conflitos.

Perante a velocidade dos avanços da tecnologia, a facilidade comunicacional dos novos tempos e a exigência pelo rigor com que a gestão dos produtos *infotec* se nos coloca em mãos, resta-nos continuar a busca da razoabilidade e equilíbrio entre a qualidade do conhecimento adquirido e a ponderação culta e de bom senso da sua utilização, acautelando conflitos em demasia.

Se fazemos mera cópia, a culpa é nossa, pois cada País tem de assumir as suas responsabilidades. Se resulta ou não, o problema é outro.

Se por um lado a maioria das pessoas compreende e aceita que esta é uma solução que permitirá otimizar a administração central e poupar muitos recursos, também não são poucas as que receiam o resultado em termos da segurança, privacidade e incerteza quanto à eficiência.

O estudo sobre este Centro Digital de Alerta procurará uma adequada orientação científica, aproveitando o conhecimento já disponível e os melhores recursos em investigação tecnológica e científica de diversas Universidades e comunidades versadas em engenharia e ciências sociais.

Se cada uma das actuais 18 Províncias de Angola tiver um Centro de Alerta Electrónico e de Prevenção de Conflitos, com uma equipa agregada de serviços de intervenção imediata, aliada a uma participação educativa nas escolas, geridos por pessoas com o senso de humanidade para pequenos sentimentos e factos, poderemos proteger os sonhos de alguém cuja vocação nasce, cresce e morre sem identidade.

Ao mesmo tempo estaremos a forjar uma outra geração de gente angolana, com o desconhecimento das causas por detrás de conflitos herdados, mas fazendo parte de uma rede nacional de alerta e vigilância electrónica anti conflitos, com um amplo espírito de proximidade como seres humanos e promotores da PAZ local, que se pode multiplicar em diversos pontos do País, sob a gestão governativa e institucional, uma das componentes do nosso Estado.

Pese embora a acção humana tenha uma causalidade muito complexa, os dados que importam ao alerta e vigilância electrónica, devem ser estabelecidos através de uma conexão entre os acontecimentos sociais que geram os índices de conflitualidade e os dados

⁴⁸ MALONE, David M.; NITZSCHKE, Heiko – Economic Agendas in Civil Wars: what we know, what we need to know. UNU – WIDER Discussion Paper. Helsinki, Finland: United Nations University, World Institute for Development Economics Research. ISSN 1609-5774. N.º 2005/07 (2005), p. 76.

objectivos obtidos através de inquéritos ou voluntários: o desemprego, a gestão precária da riqueza e património colectivo, crimes que envolvam violência, o perfil dos reclusos, as lições periódicas da inserção social nacional apurando, corrigindo e promovendo os casos de sucesso ou insucesso, homicídios, matricídios, grupos de represálias, num processo persistente e fiscalizado.

O território nacional é muito extenso e tem características populacionais pouco conhecidas, à excepção da porção humana da capital, que representa diversos pontos de alerta e vigilância electrónica, exigindo estudos específicos muito urgentes.

O pensamento doutrinário de eficácia preventiva militar diz que para cada militar numa frente de batalha, a sua retaguarda deve ter pelo menos cinco outros para serviços de apoio; fazendo um paralelo preventivo para o alerta e vigilância electrónica anti conflitos, poder-se-á assegurar a qualidade do Centro Digital de Alerta que dependerá das competências dos respectivos gestores, cuja base de formação não deve ser apenas tecnológica, mas transversal em áreas essenciais para a prevenção de conflitos: ciência política, psicologia, direito, ética, medicina, religiões e família.

Tecnologias⁴⁹ sim, mas são necessários Processos de Aprendizagem. Depois há que gerir essa aprendizagem.

Temos de compreender as pessoas; as pessoas são complexas; têm crenças; há que entender a mente humana, dominar o psicológico e o sociológico.

No caso de Angola, é fundamental que o sensor incorpore programas electrónicos em línguas locais (as mais faladas), uma vez que de outro modo, será um produto final incompleto. Eis uma das razões porque para cada Centro Digital de Alerta deverá existir uma excelente equipa de analistas e gestores em processamento de dados, não comprometidos com emoções estaduais do passado, mas com conhecimento e sensibilidade transversais.

Ter-se-á de contar, no entanto, com a cooperação de instituições estaduais de segurança e inteligência, para que a iniciativa privada de vigilância electrónica seja incorporada em medidas estratégicas e de Estado. Em última análise, a função de segurança estadual deverá contemplar e ser capaz de promover de forma intrínseca, a visão preventiva inserida em propostas de cultura e tecnológicas, com pensamento inovador.

Como cada segundo de alerta conta sobremaneira, as barreiras burocráticas estaduais de concretização de iniciativas, terão de ser ultrapassadas por intermédio de um diálogo

⁴⁹ CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. 1. 6.^a ed. São Paulo: Paz e Terra S. A., 1999. ISBN 9788577530366. p. 40.

educativo que cresce a partir de currículos acadêmicos e chega às mesas de decisão, como um indispensável contributo de sociedade.

Nunca nos podemos dar por satisfeitos; há que seguir em frente, num *...ir de mar em mar até nunca chegar; uma incessante viagem* (diz o poeta português Fernando Pessoa).

O futuro, reflexo de informações disponíveis. “... *As riquezas naturais africanas e a sua demografia, um em cada quatro jovens com menos de 24 anos de idade, pertencerão mundialmente, em 2025 à África Sub-Sahariana – apontando para o nosso potencial colectivo de crescimento*” (Texto do Presidente de Moçambique Armando Guebuza e Jonathan Oppenheimer – *De Beers* e membro da equipa internacional para o aconselhamento do Presidente Guebuza, publicado no *Business Day* de 17 de Fevereiro de 2010). (Tradução livre). A concentração populacional, miscigenação cultural daí derivada, abre novas portas a múltiplos conflitos no futuro, servindo de panelas de pressão que precisam de mecanismos de gestão excepcionais.

Pode ser prognosticada uma relação entre a suposta Nova Ordem Mundial, as actuais ameaças globais e a nova conflitualidade. Isto desencadeia estudos especializados quanto à possibilidade e eficácia da segurança digital que integrará entre outras, a nossa identidade, a nossa prestação como contribuintes e beneficiários em segurança social, como utentes em saúde, a garantia fiável do voto de cada um nas urnas, exercendo o íntimo e legítimo direito de cidadania, cadastro em geral e usuário de diversos serviços até mesmo em relação à segurança das nacionalidades e viagens, tornadas vantagens ou desvantagens.

O Reino Unido, por exemplo preparou-se para adoptar uma das soluções tecnológicas com maior impacto público imediato e, talvez, a que encerraria uma das maiores controvérsias, um cartão de identificação único, nunca antes implementado com essa envergadura. Hoje já é matéria de especialidade em áreas do saber como as engenharias e a psicologia analítica, apesar de ser uma área de grande subjectividade.

O mundo científico e técnico está mudando com uma rapidez incrível e com as Tecnologias de Informação e Comunicação, as nossas crianças de hoje também se apercebem que “a mudança não é mero slogan nem retórica” (experiência e modelo de pensamento de Barack Obama nas eleições Norte Americanas);

Se é possível aos níveis de sociedade desenvolvida e sapiência do País número um do Mundo, também nos nossos Países se pode motivar a mudança, primeiro comportamental e depois de gestão: as mentes, as estruturas, as infra-estruturas e as características do contexto de mudança, estarão sempre a favor do novo e melhor País, para todos os seus

peregrinos cidadãos; pode levar tempo, mas chega-se sempre lá e as novas tecnologias propiciam a interacção comunicacional.

Como gerir o dever de informar e o direito de ser informado, continua a ser matéria estratégica e macro; é indispensável uma Constituição que obrigue o indivíduo a ser consciente dos seus direitos e deveres de cidadania, no interesse de todos, no bem de todos;

Legalidade e ética deverão caminhar lado a lado; já no tempo de Roma antiga se dizia que a Constituição era um conjunto de normas para governar o povo; norma que nem o Monarca da Idade Média podia violar. *Há que respeitar os direitos do próximo para que os nossos direitos sejam respeitados (Immanuel Kant)*;

Atenção deve ser prestada ao calculismo das informações, às informações de mercado e à burla em informações; em suma, à ilicitude em informações, área de especialidade ainda pouco discutida entre pares;

Há quem tenha angústia pelas pequenas decisões ou aversão às grandes decisões; a diferença é a gestão;

A experiência histórica é fundamental: há povos que reagem diferentemente, quando colocados perante riscos ou desafios semelhantes em ambiente comparável;⁵⁰

As informações têm diferentes faces quando prestadas à Liderança Política Nacional, aos Gestores Comerciais, aos Professores Universitários e Cientistas, aos Militares, aos Reclusos ou ao cidadão comum, preocupado com a sua sobrevivência material;

É tudo uma questão de boa gestão! **O Sistema Nacional de Gestão Moderna da Prevenção de Conflitos (SNGMPC) e o Banco Tecnológico de Informações Preventivas (BTIP)** podem transformar-se num importante contributo como micro instrumentos em estratégias de estabilidade e desenvolvimento humano nacional.

Para tal, basta aprofundar o axioma gráfico proposto, que tem por fundamento o quadro factual e de simulações de pequenos cenários de gestão e prevenção de conflitos ilustrados em estudo de casos nos Módulos I e II (anexos B e C).

Mãos à obra!

⁵⁰ TAPSCOTT, Don; CASTON, Art – **Paradigm Shift: The New Promise of Information Technology**. New York: McGraw-Hill, 1993. ISBN 0-07-062857-2. p. 92.

CONCLUSÕES

*Gerir a Paz é muito mais difícil do que fazer a Guerra.*⁵¹

Assim e perante a **Questão Central** formulada – “Que papel podem desempenhar os avanços tecnológicos e os modernos sistemas de informação na redução das animosidades do ser humano?” As conclusões espelhadas no estudo de caso Angola, tomada em consideração a natureza das pessoas envolvidas, as circunstâncias de aplicação das tecnologias e a situação em si, são, na sua generalidade, válidas e aplicáveis.

De considerar que os novos 25 factos conflituosos diagnosticados e assinalados a vermelho, azul e verde (ver anexo C, Módulo II, pág. 62) foram parcialmente resolvidos em 12 dias, contando naturalmente com a intervenção e experiência dos respectivos facilitadores.

Cada um dos factos foi abordado durante 2 horas; daí as 50 horas da tabela acima ilustrada.

O custo tem por referência os valores em regra e média pagos em Angola por hora, a um Tradutor Sénior (75 USD), a um PhD (70 USD) ou ainda a um Consultor Sénior (120 USD).

Cinquenta horas corresponderiam em média a 6 dias normais de trabalho (8 horas diárias), incluindo o Sábado.

Se aos gestores da prevenção de conflitos em Angola, forem pagos 70 USD por hora pelo seu intenso trabalho, resolvendo apenas 4 conflitos diários durante os 6 dias, os 6.720 USD por mês a eles devidos não atingem a média dos 8.000 Euros que auferem alguns dos expatriados seniores, nem os 7.500 USD que um Conferencista internacional angolano recebe quando intervém durante uma hora em foros seniores no estrangeiro, sobretudo quando são organizados pelos norte-americanos do Africa Centre for Strategic Studies (ACSS) de Washington.

⁵¹ AMARAL, Paulo Cardoso – Guerra de Informação e Inteligência Competitiva. Conferência. Lisboa: Sociedade de Geografia, 2008-05-29.

Em última análise, perante o exposto, pode ser considerada pertinente a aplicação de algum dos modelos propostos para a gestão da prevenção de conflitos e de acordo aos fundamentos descritos.

Assim, tendo por referência as hipóteses bem como as questões derivadas, desenvolvidas nos diversos capítulos deste trabalho, através das quais confirmamos favoravelmente a pertinência da Questão Central, sublinhamos que em perspectiva, propõe-se e é recomendável investir da seguinte forma:

Na experiência dos nossos gestores do conhecimento;

Na confiança social acrescida, através de uma nova cultura pós-conflito armado, apercebendo-nos dos falsos alarmes;

Nas nossas Instituições desta fase de transição democrática;

Na educação pela auto-estima e pensar o País das pessoas, com elevação preventiva e uso alargado das tecnologias que permitem, se racionalmente aplicadas, gerir melhor no futuro.

Factos fonte de conflito	Média horária de resolução	Custo por interveniente	Benefício final
25 registados	50 (2x25) horas	70 USD/Hora	Estabilidade Humana

Tabela 1 – Sobre a importância do SNGPC, através do BTIP

Deste modo, até que os novos conflitos cheguem à irreversibilidade, despoletando guerras individuais e o ciclo vicioso colectivo de desgraças humanas, podem ser conhecidos atempadamente, percebidos com especial dedicação, geridos por profissionais ou pessoas de bem e poupados esforços e recursos materiais, através do uso das novas tecnologias.

De facto, só se chega às guerras porque estamos a trabalhar pouco para evitá-las, ainda que as indústrias afins não descansem!

Por outro lado, teremos aprendido todos com as ideias e experiência de cada uma e de cada um.

ANEXOS

Anexo A

MAQUETE⁵²

BANCO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÕES PREVENTIVAS

Suporte Temático

FACTORES INTEGRADOS PARA A QUALIDADE EM GESTÃO DE DADOS NO BTIP

QUEM	ONDE	QUANDO	O QUÊ	PORQUÊ
Alguém	Bengo e Luanda	A todo o tempo	Sinais de Conflito	Demografia
Algo	Pessoal/Colectivo	24/24 Horas	Alerta de Interesse	Estratégia em Comunicação
Análise	Dados	Adquiridos	Qualidade	Indispensabilidade
<i>Bit</i> ⁵³	Recepção	Havendo Recursos	Preventivo	Facilitador

Tabela 2 – Inspirada e adaptada aos 5 W (who, where, when, what e why) do modelo anglo-saxónico de gestão da informação

O BTIP, permitirá entre outros, o extracto e estudo de informações preventivas, tendo por referência o conhecimento tácito dos processadores com o auxílio das novas tecnologias.

Num primeiro exemplo de aplicação, os analistas, no uso da plataforma disponível, valendo-se da informação, passarão a gerir os dados accionando esta plataforma. Mais profissionalmente, isso permitirá poupar vidas humanas. Num segundo momento, os especialistas, organizados em grupos de intervenção comunitária, farão dessa informação, com as adaptações locais inerentes, o mais adequado uso perante os respectivos destinatários. Quem estuda a informação, terá o dever de dar o seu contributo directo em questões reais, valorizando a vida (ver o estudo de casos práticos resolvidos – Módulo III, pág. 71). Utilidade acrescida do BTIP como Banco Tecnológico de Informações Preventivas.

⁵² Anexo: Maquete ou maqueta, do francês *maquette* – esboço ou miniatura tridimensional de uma obra de escultura ou de arquitectura; modelo reduzido.

⁵³ *Bit* – abreviatura do termo «binary digit» ou «número binário» que serve como unidade de medida de capacidade de memória num ordenador. Esta memória é geralmente dividida em milhares de palavras, cada palavra comportando um número de *bits*. (HALL, Arthur D. – **A Methodology for Systems Engineering**. [S.l.]: Van Nostrand Reinhold, 1962. ISBN 0442030460. p. 35.)

Anexo B

MÓDULO I

CASO PRÁTICO EM GESTÃO E PREVENÇÃO DE CONFLITOS COMUNITÁRIOS URBANOS E SUBURBANOS

Designação: lote um – torres da Missão.

Objectivo: prevenção na gestão de conflitos sobre o direito de superfície e a titularidade de terras.

Gestores jurídicos do processo: gabinete jurídico da Universidade Metodista de Angola.

Outros intervenientes: Igreja Metodista Unida, Governo Provincial de Luanda, residentes do Município da Ingombota e promotores imobiliários privados.

2.1. Factos

O prédio rústico localizado entre a Rua Nossa Senhora da Muxima e a Rua Rainha Ginga, composto por uma área de 6.347 m², é propriedade formalmente titulada e adquirida desde a administração portuguesa de Angola, pela Igreja Metodista Unida;

O processo de gestão do conflito, remonta ao ano de 2005;

O processo é de gestão de conflitos, derivados da posse de terras pela população local, usurpação por construção anárquica do direito à titularidade de outrem na área referida, bem como a necessidade e o imperativo de reordenação urbanística pelo Governo Provincial de Luanda;

O primeiro cadastramento foi efectuado ao local em 16 de Junho de 2005, pela Direcção Provincial dos Serviços de Fiscalização do Governo da Província de Luanda;

Nessa data, existiam no perímetro em análise apenas 15 residências e 15 famílias, com características comuns a esses residentes, sem posses;

São na sua maioria oriundos de diversas províncias de Angola, com hábitos de vida essencialmente rural, num processo instável de reinserção social urbana;

O número de agregados em média é composto de 6 a 10 pessoas;

O modelo de construção é de blocos de cimento;

O motivo da sua mudança de residência para este terreno é a subida constante do seu anterior arrendamento, a preferência da localização numa zona nobre da cidade baixa e a desocupação efectiva desse lote à época;

Deste primeiro recenseamento foram feitos esforços no sentido da retirada da população desse terreno, sem se ter chegado a algum acordo, uma vez os membros da comissão

de moradores não terem aceiteado a oferta de casas que a Igreja Ihes havia concedido. Segundo estes residentes, não havia condições de habitabilidade;

Este processo ficou parado desde então, tendo sido efectivamente retomado em 6 de Abril 2009, pela Administração Municipal da Ingombota, sob acompanhamento directo da Senhora Administradora Municipal, Dra. Suzana de Melo;

Em 12 de Abril de 2009, a Administração da Universidade Metodista de Angola entregou todo o processo ao respectivo Gabinete Jurídico, para uma efectiva negociação com as entidades interessadas, com o propósito de ser encontrada a melhor solução de retirada daquela população, sem conflito nem despejos humilhantes, que se têm verificado um pouco em toda a parte, criando cooperação e condições de dignidade na transferência para o destino a acordar;

Foram iniciados os necessários contactos com o Governo da Província de Luanda, tendo o assunto sido oficialmente remetido à consideração da Administração Municipal da Ingombota;

Passaram a intervir neste processo para além do Gabinete Jurídico da UMA, a Repartição Municipal dos Assuntos Sociais chefiada pelo Dr. António Mateus dos Santos, a Comissão de Moradores da área em causa, da área Jurídica da Administração Municipal representada pelo Dr. Liberman e os representantes da Polícia Nacional;

O novo cadastramento foi realizado no dia 10 de Julho de 2010, tendo-se chegado à conclusão de que entre 2005 e 2010, houve um aumento no número de residências de 15 (acima referidas) para 196, isto é, em cinco anos, foram construídas mais 181 habitações.

2.2. Outras informações relevantes na gestão deste delicado processo

Segundo os técnicos da Administração Municipal, para que a Igreja possa realojar condignamente estas populações, terá de investir cerca de USD 6.000.000 (seis milhões de dólares norte americanos), seguindo a tabela aceitável de preços praticados no mercado imobiliário local;

O Estado angolano participará no projecto, ajudando na identificação de novos loteamentos bem como a atribuição contratual de casas num dos seus projectos habitacionais em curso, mas a Igreja terá de participar no valor acima referido;

O realojamento destas populações terá de ser feito com a ajuda da comunicação social, de forma a evitar especulações, excessos ou tumultos; diz a universidade da vida sobre casos similares que, se as pessoas souberem de forma tranquila e detalhada como decorrerá

o processo de realojamento, reagem diferentemente e são capazes de contribuir de forma mais eficaz para que tudo decorra de forma célere e digna.

2.3. Recomendações

Neste modelo de gestão na prevenção de conflitos, recomenda-se que se preste muita atenção à logística que o processo envolve e a movimentação se faça em pelo menos duas fases. Desta forma não se daria tempo para a construção anárquica de mais habitações no local onde sai um certo número de residentes; procede-se imediatamente à demolição das habitações actualmente em causa e a colocação de tapume;

As pessoas abrangidas devem ser sempre ouvidas, uma vez que o interesse dos agregados familiares nunca é igual, mesmo quando o que está em causa é a melhoria de condições de vida;

Neste procedimento em parceria e cooperação, devem ser envolvidas as pessoas com experiência em gestão de conflitos, para que em última análise, o interesse comercial dos privados não se sobressaia à necessidade de busca de soluções participadas e sempre dialogantes;

Os Governos Provinciais (no modelo angolano) que evoluem para autarquias locais, devem valorizar as iniciativas privadas de prevenção de conflitos sobre a titularidade de terras, sobretudo quando há uma terceira gestão que convoca representantes de comissões de moradores (no modelo político vigente) e titulares de propriedades, protegidos pelo direito consuetudinário;

O cadastramento tem custos, que neste caso também contou com o bom senso de uma nova geração de técnicos que merecem amparo institucional, como forma de prevenção de conflitos organizacionais e de busca de qualidade entre pares.

2.4. Perspectiva: Procedimentos facilitadores

Enquanto o Gabinete Jurídico da Universidade Metodista de Angola, desenvolvia os devidos processos de ordem legal, para que o espaço alheio agora ocupado por populações carenciadas, bem no centro da cidade capital, fosse entregue ao legítimo titular desse direito, a Administração Municipal da Ingombota também reuniu com os responsáveis daquele perímetro, encarregues da coordenação de esforços e mediação entre todas as partes interessadas numa busca tranquilizadora de soluções.

Na falta de Centros de Dados, também recorreremos ao Instituto Nacional de Estatística. Como é de esperar, essa Instituição não está vocacionada para essa perspectiva confli-

tual, sobretudo em matéria de propriedades fundiárias. O mesmo ocorreu, em certa medida em relação ao IPGUL, Instituto para o Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.

O Governo Provincial da Capital à época, na pessoa da titular, Francisca Espírito Santo, foi também solicitado a participar no estudo e projecto de criação de uma Base de Dados, indiciadora da necessidade de aplicação de tecnologias facilitadoras na recolha e processamento de informações de utilidade preventiva conflitual. Como é que o Governo Provincial consegue prevenir conflitos perante uma população urbana e suburbana que ultrapassa os cinco milhões de habitantes? Era assim que colocamos a questão.

Mas o mais difícil não era a concertação entre as partes empenhadas neste exemplo da importância do BTIP (Banco Tecnológico de Informações Preventivas). O que se nos colocava pela frente era o trabalho metuculoso para que os habitantes do perímetro por detrás do Colégio São José do Cluny, perímetro pertença da Igreja Metodista Unida de Angola, que têm o direito como cidadãos de serem protegidos por Lei Habitacional e enquanto não há todas as melhores soluções exigíveis, não fossem desalojados à revelia do direito de posse que muitos já adquiriram, comum à nova geração que nasceu nesse bairro.

Como esta situação que caminha a passos encorajadores para um desfecho de paz e estabilidade, existem inúmeras outras pequenas, médias e grandes questões de todo o tipo de envolventes, para as quais várias organizações solicitam a existência não de um por Província, mas vários Bancos Tecnológicos de Informações Preventivas, como um modelo exequível e muito útil em gestão da prevenção de conflitos.

Por feliz coincidência na elaboração desta pesquisa, fomos a suscitar em diversos círculos de responsabilidade, a necessidade de amparo de Projectos de prevenção de conflitos, mas faltam sobretudo os meios humanos que também estão disponíveis, vindos de grandes escolas de informação e gestão de crises. Hoje muitos dos residentes em locais susceptíveis de conflitos, são antigos profissionais, sobretudo antigos especialistas em assuntos afins.

Nota: este procedimento de prevenção de conflitos urbanos deve a sua arquitectura global à Dra. Beatriz David Buiti Lombo Francisco, uma nova geração de Juristas angolanos.

Anexo C

MÓDULO II
ESTATÍSTICA EM GESTÃO DE CONFLITOS
 Caso de Angola

CONFLITOS PRINCIPAIS – 2002 A 2010

CONFLITOS INDIVIDUAIS	CONFLITOS INSTITUCIONAIS (Corporações militares ou paramilitares)	COMPARAÇÃO	BALANÇO FINAL
Desemprego	Abuso da autoridade	Sem comparação	16 milhões/3 milhões
Condições sociais	Lei de carreiras	Vantagem das Corporações	3 milhões prevenidos
Questões passionais	Regulamentação das Leis	Vantagem das Corporações	3 milhões prevenidos
Abandono escolar	Disciplina militar	Vantagem das Corporações	3 milhões não prevenidos
Uso de drogas	Stress pós-guerra	Vantagem das Corporações	3 milhões não prevenidos
Desautorização sobre posse de terras	Movimentação sem as famílias	Sem comparação	16 milhões/3 milhões
Burocracias	Condições sociais	Vantagem das Corporações	3 milhões prevenidos
Desintegração familiar	Valorização dos recursos humanos disponíveis	Sem comparação	3 milhões prevenidos
Promiscuidade relacional	Processo de desmobilização	Desvantagem das Corporações	3 milhões não prevenidos
Abuso de confiança	Educação cívica	Sem comparação	16 milhões/3 milhões
Corrupção	Justiça económica	Sem comparação	16 milhões/3 milhões
Passagem do testemunho	Preservação de valores éticos profissionais	Sem comparação	16 milhões/3 milhões
Igualdade do género	Ética, moral e religião	Vantagem no sistema de ensino eclesiástico	1 milhão prevenido

Tabela 3 – Estatística em gestão de conflitos. Indicativo.

Anexo D-1

Inquérito realizado na Universidade Metodista de Angola

ASSUNTO: **INQUÉRITO ACADÉMICO**

C.c.: Conselho de Administração da UMA

Sua Excelência

Magnífica Reitora

Prof.^a Doutora Teresa José Adelina da Silva Neto

Luanda

Os meus respeitosos cumprimentos.

No seguimento de tarefas complementares à recolha de dados, indispensáveis ao trabalho de investigação académica de Mestrado, sob tema *“O papel da informação e tecnologia na gestão da prevenção de conflitos – o caso de estudo angolano”*, em curso pelo subscritor, e tendo sido identificada a Universidade Metodista de Angola como um dos ambientes ideais para a solicitação de um contributo, através da participação voluntária de estudantes, pessoal docente e não docente;

Vem o assinante pedir a devida Autorização para que, em Março, com a abertura do novo ano académico 2010, seja conduzida uma entrega e recolha de impressos a preencher pelos interessados, cuja cópia se anexa, contando com o contributo das Portarias da UMA, onde serão depositados e posteriormente novamente devolvidos para fins estatísticos.

O resultado do inquérito académico que ocorrerá simultaneamente junto de residentes de uma propriedade horizontal, à Rua dos Coqueiros, bem como a partir de habitantes de uma localidade rural na Província do Bengo, a Quiminha, será agregado ao estudo científico que levará a que, um importante segmento da sociedade angolana dê sinais reais quanto à necessidade do surgimento de um **sensor digital de alerta de conflitos**, em estudo.

Na certeza da colaboração da comunidade académica sob Vossa orientação, sou antecipadamente a manifestar o meu mais profundo reconhecimento pelo contributo e espírito de ajuda. Que Deus Onnipotente Vos guarde e guie!

Atenciosa e respeitosamente,

Peregrino Isidro Wambu Chindondo

(Docente da UMA)

Março/2010

Entidade Promotora: Universidade Metodista de Angola

Ficha Técnica: participaram do resultado de Inquérito que segue, 515 estudantes e trabalhadores estudantes da Universidade Metodista de Angola, nos mais variados cursos e anos;

O inquérito foi orientado, monitorado e estatisticamente aperfeiçoado por Arminda Miranda, Gromyko Vandúnem, Manuel Cabral, Beatriz Lombo, Lídia Sebastião, Jaime e Peregrino Chindondo.

Anexo D-2

INQUÉRITO
Modelo Aplicado⁵⁴

Este inquérito tem por objectivo, avaliar a satisfação dos Estudantes e Trabalhadores da Universidade Metodista de Angola (que tem um universo ecuménico de cerca de seis mil e quinhentas pessoas provenientes de todas as Províncias de Angola), no âmbito do trabalho de investigação académica para a Dissertação de Mestrado sob tema “**O Papel da Informação e da Tecnologia na Gestão da Prevenção de Conflitos**”. O resultado desta pesquisa será apresentado na Academia Militar de Lisboa pelo Docente da Universidade Metodista de Angola, Peregrino Isidro Wambu Chindondo, em 2011.

Informação e Aplicação das novas Tecnologias

Assinale com X o número correspondente à sua escolha:

1. O Uso de Telemóvel serve ou não para os seus pequenos conflitos?

- | | |
|-------------------------------|--------------------------|
| 1. Não concordo veementemente | <input type="checkbox"/> |
| 2. Não concordo | <input type="checkbox"/> |
| 3. Indiferente | <input type="checkbox"/> |
| 4. Concordo | <input type="checkbox"/> |
| 5. Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> |

2. Pode-se usar uma rede fixa para comunicar conflitos interiores?

- | | |
|-------------------------------|--------------------------|
| 1. Não concordo veementemente | <input type="checkbox"/> |
| 2. Não concordo | <input type="checkbox"/> |
| 3. Indiferente | <input type="checkbox"/> |
| 4. Concordo | <input type="checkbox"/> |
| 5. Concordo totalmente | <input type="checkbox"/> |

⁵⁴ Segundo a Escala de Likert. Rensis Likert (1903-1981) nasceu em Nova York, formou-se em psicologia e durante 40 anos foi Director da Universidade de Michigan. Desenvolveu a Sociologia e a Psicologia. A Escala de Likert é muito usada nas questões de sondagens de opinião. Adaptado e elaborado por: Arminda Miranda (Gestão de Recursos Humanos) e Peregrino Chindondo (Direito, Gestão e Tecnologias). Março 2010.

3. Prefere escrever a alguém sobre conflitos interiores?

- 1. Obviamente que não
- 2. Constantemente
- 3. Periodicamente
- 4. Nem sempre
- 5. Sempre

4. Prefere pedir que alguém vá ao seu encontro para falar sobre previsíveis conflitos?

- 1. Obviamente que não
- 2. Constantemente
- 3. Periodicamente
- 4. Nem sempre
- 5. Sempre

Designação do Curso:

Ano da Frequência:

Anexo D-3

GRUPOS INQUERIDOS

Resultado I Grupo	Resultado II Grupo	Resultado III Grupo	Resultado IV Grupo
1º A.C.S.P. - 2º ano 19 - respostas	1º A.C.S.P. - 2º ano 15 - respostas	1º A.C.S.P. - 2º ano 58 - respostas	1º A.C.S.P. - 2º ano 35 - respostas
1º A.C.S.P. - 1º ano 20 - respostas	1º A.C.S.P. - 2º ano 50 - respostas	1º A.C.S.P. - 2º ano 4 - respostas	1º Direito. - 2º ano 7 - respostas
3º A.C.S.P. - 2º ano 2 - respostas	3º A.C.S.P. - 2º ano 16 - respostas	3º A.G.T. - 1º ano 6 - respostas	3º A.C.S.P. - 2º ano 11 - respostas
E.I.S.E. - 1º ano 12 - respostas		E. M. - 2º ano 6 - respostas E.I.S.E. - 1º ano 6 - respostas	
4º A.C.S.P. - 2º ano 62 - respostas	4º A.C.S.P. - 2º ano 40 - respostas	4º A.C.S.P. - 2º ano 39 - respostas	4º A.C.S.P. - 2º ano 52 - respostas
5º A.C.S.P. - 2º ano 16 - respostas	5º Direito - 2º ano 8 - respostas	5º A.C.S.P. - 1º ano 3 - respostas	5º A.C.S.P. - 2º ano 24 - respostas

Tabela 4 – Resultado do Inquérito sobre “o papel da informação e da tecnologia na gestão da prevenção de conflitos”

Significado das abreviaturas:

ACSP – Análises Clínicas e Saúde Pública

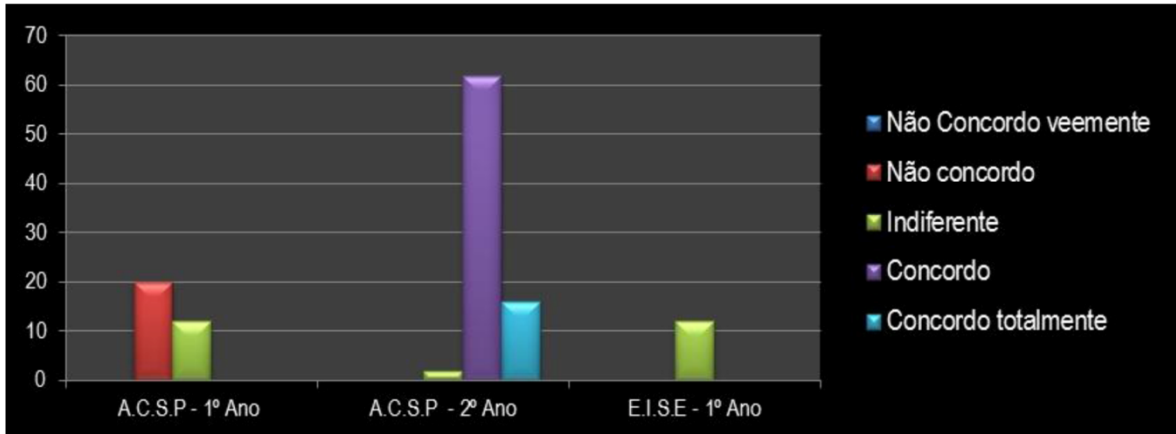
EISE – Engenharia Industrial e Sistemas Eléctricos

EM – Engenharia Mecatrónica

AGT – Ambiente e Gestão do Território

Anexo D-4

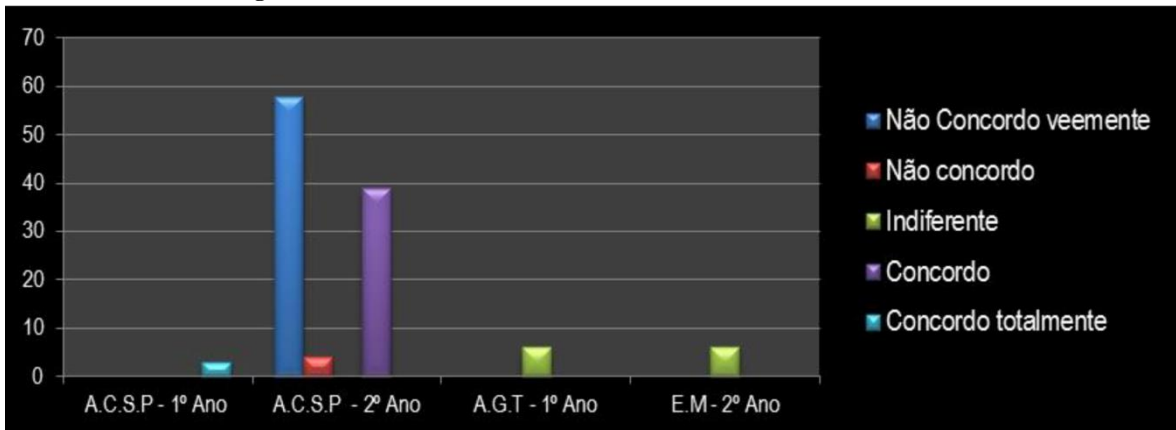
5 – Concorda ou não que o telemóvel pode ser utilizado para comunicar sobre os seus pequenos conflitos?



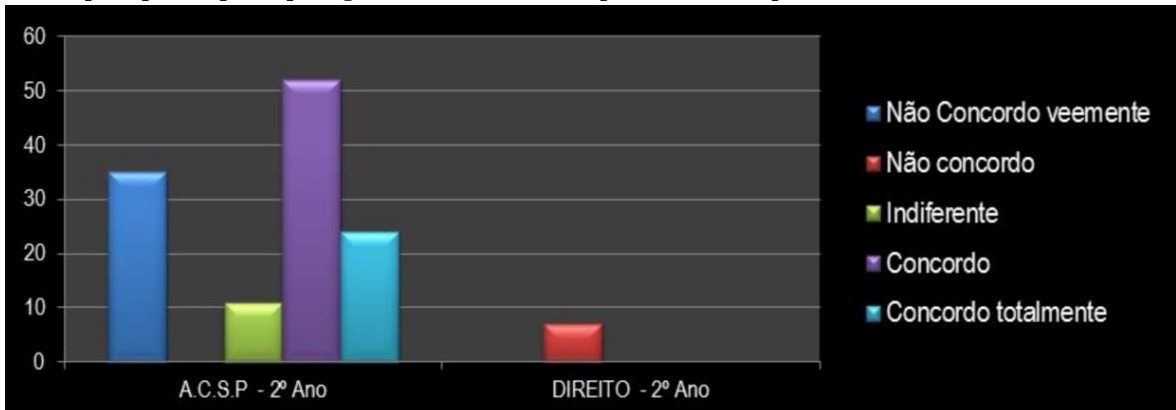
6 – Concorda ou não que se pode usar uma rede fixa para comunicar conflitos interiores?



7 – Pode-se escrever a alguém sobre conflitos interiores. Concorda ou não?

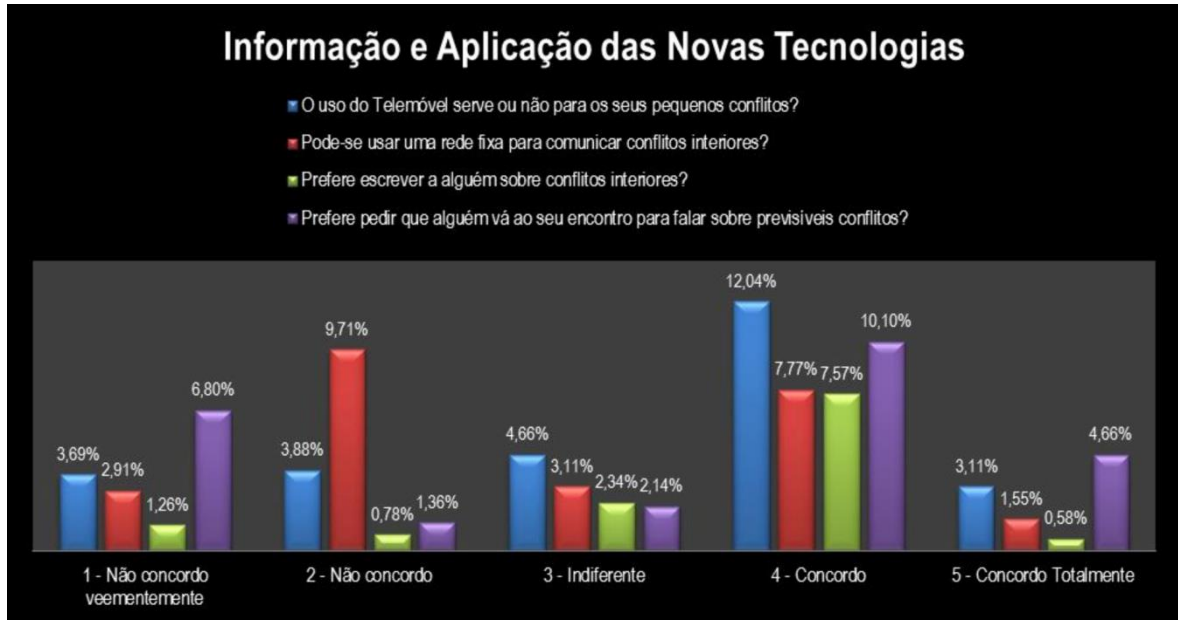


8 – Há quem prefira pedir que alguém vá ao seu encontro para falar sobre previsíveis conflitos. Concorda?



Anexo D-5

TABELA PERCENTUAL



Tabelas 5, 6, 7 e 8 – Representação gráfica percentual do inquérito

Obs.: Pese embora a Universidade Metodista de Angola tenha um universo estudantil ecuménico de cerca de 6.500 estudantes, distribuídos por três turnos diários com trabalhadores-estudantes incluídos, para efeitos deste inquérito participaram apenas 515 estudantes nos mais variados cursos e anos, conforme tabela 4, pág. 67.

Anexo E

BTIP – Banco Tecnológico de Informações Tecnológicas

Documentos Anexos ao Módulo I



UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

N/Ref.ª: 044/10

Data: 30.Junho.10

SUA EXCELÊNCIA
SENHOR DR. MUNIR LUANDA
ANGOLA

C.C.: Sua Reverendíssima Sr. Bispo Gaspar João Domingos

ASSUNTO: CENSO POPULACIONAL DO LOTE 1

A UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA apresenta os seus profundos e sinceros cumprimentos.

Queremos deste modo, informar que, após longas e pormenorizadas negociações feitas pelo nosso Gabinete Jurídico junto da Administração Municipal da Ingombota, ficou acordado que dia 10 de Julho de 2010, uma equipa especializada de técnicos, indicada por essa Administração Municipal, levará finalmente a cabo o Censo Populacional do Lote 1.

O orçamento para essa operação, apresentado conforme normas estabelecidas para o efeito pelos responsáveis da missão, segue em anexo.

Subscrevemo-nos com muito respeito e irmandade em CRISTO o Redentor.

Atentamente,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo F-1

MÓDULO III
ESTUDO DE CASOS PRÁTICOS RESOLVIDOS

FACTOS

- 24/12/09 - ATITUDE INSULTUOSA (Ref. M.)
- 24/12/09 - COMUNICAÇÃO SEM RECÍPROCA DAD (Ref. C.)
- 26/12/09 - SÍNDROME D. (Ref. F.) (Ref. B.L.)
- 14/01/10 - Invest. Patern. (Ref. Tam.)
- 15/01/10 - Degradação psicológica (Ref. R.)
- 20/01/10 - Abandono familiar (Paizinho Sebast.)
- 27/01/10 - Sentença ou despacho (Ref. LuBarco)
- 27/01/10 - Soyo/Pase Cuanda (uso do Tel. p/ Burla)
- 01/02/10 - Nesta data o salário processado não estava na conta da Funcionária doente (Ref. B. Lombo)
- 01/02/10 - O suporte electrónico de dados não abriu para o processamento de salários nos FAA (Ref. Financeiros)
- 03/02/10 - Transcrição Assento Nasc. (Ref. M. R.) (Ref. R. Lombo)
- 04/02/10 - Vistos Entrada em Angola (Ref. T.R.)
- 15/02/10 - Exame de Admissão Dra VATA (Ref. MRS)
- 18/02/10 - Espera por solução (Ref. Secretariado)
- 20/02/10 - Trabalho extra-Labral (Ref. MRE) (UNA)
- 20/02/10 - Processo de Demobilização (Ref. Waple e OLIVEIRA)
- 21/02/10 - FURTOS ou pequenos "sumir" (Televisão Carlon)

Anexo F-2

GESTÃO DE DADOS

- 24/12/09 - Encontro Familiar (Ref. M.)
- 24/12/09 - Uso de intermediário (Ref. B.L.)
- 25/12/09 - Partilha Familiar (Ref. G.)
- 14/01/09 - Gab. Juiz. UTA (Consultoria B/P)
- 14/01/09 - Gab. Psicologia (Consuet. Pais)
- 20/01/10 - Diálogo e desabafo do Pai (D.P.)
- 27/01/10 - Pedido de esclarecimento (Ref. Juiz)
- 29/01/10 - Conferir Exist. de um T.C. (Ref. Kati)
- 01/02/10 - Conta aos Financeiros e Inicial
- 02/02/10 - Informar beneficiários (Ref. Espetas)
- 03/02/10 - Debate entre Juristas (Propor a Secret.)
- 04/02/10 - Apurar natureza conflitual (DEFA)
- 15/02/10 - Diálogo com 3 partes (História, direito e candidata Ref. A)
- 18/02/10 - Fundos de Reserva Social (Caixas Sociais)
- 20/02/10 - Produção de cartões felicitações (Ref. Mãe)
- 20/02/10 - Quem tem as estatísticas da crise? (IRSEM)
- 21/02/10 - Perdidos e achados do edital da UTA (quem comunica?)

Anexo F-3

PREVENÇÃO

- 24/12/09 - DR. Nalumba (Ref.ª M.)
- 24/12/09 - Dr. P. Sebastião (Ref.ª B.L.)
- 28/12/09 - Debate Público Nacional (Prop. Ref.ª G.)
- 14/01/10 - Esclarecer sobre questões jurídicas (Ref.ª Tam.)
- 14/01/10 - Valorização dos estudos na matéria (Ref.ª R.)
- 20/01/10 - Escolas e Ver Caso de Sucesso (ESTADO E
- 27/01/10 - Melhoria de Comunicação dos TRIBUNAIS PRIVADOS
(Transmissão por Quem de Direito)
- 27/01/10 - Base de Dados existente (P. Licínio)
- 01/02/10 - Ver assunto junto dos principais Bancos Com
- 01/02/10 - " " " " " " " " Comerci
- 03/02/10 - Audiência Min. Justiça (Ref.ª Tia Fátima)
- 04/02/10 - Relat.º Externos (Vice Chi Kati)
- 15/02/10 - Legislação Universitária e Informação (Dra. Beatriz)
- 19/02/10 - DIMENSÃO SOCIAL DAS EMPRESAS (Finanças)
- 20/02/10 - Competências Secretariado ADM (Julstín)
- 20/02/10 - Associações de Antigos Combatentes (IRSEM,
- 21/02/10 - Educar para a informação (Luis Cen. Pahlama, Associações)

Anexo G

MÓDULO IV

O ALERTA EM DIVERSAS DIMENSÕES

Estudo de casos

Factos descritos em Casos Práticos e resumidamente adaptados para efeitos deste estudo em gestão da prevenção de conflitos e aplicabilidade do novo modelo, com base em tecnologia e sistemas de informação, o BTIP.

7.1. Gestão da Mudança

Crescida Aparecido, 10 anos de experiência como recepcionista de uma estratégica unidade hoteleira em Portugal, no novo modelo de gestão da mudança e inovação, primando pela interactividade, *empowerment* e polivalência de funções, reage com imensa resistência aos seus turnos, promovidos pela nova Direcção da Empresa.

O Gestor Principal tem envidado esforços internos para que o fluxo de informação esclarecedora chegue a essa agente da mudança, sem efeito.

O mau ambiente gerado culminará com o presumível despedimento por justa causa, embora ela se possa defender, pela inevitável necessidade de tempo e formação, com vista à mudança. Há necessidade de um Gestor de Conflitos.

7.2. Gestão da Informação

No aeroporto internacional da Portela, em Lisboa, duas empresas de prestação de serviço ao cliente (forrar em plástico quente as malas – Empresa A e o depósito das malas respectivamente – Empresa B), embora de distinta gestão comercial, não cruzam informação sobre a necessidade dos trolleys e pegadas não deverem ser forradas por completo, para não dificultar o respectivo manejo pelos trabalhadores da Empresa B.

Confrontados pela falta dessa útil e justa gestão da informação, os utentes não informados nem esclarecidos por falta de afixação do conteúdo dessa matéria, reagem diferentemente. Se não há uma medida conciliatória, pode ser fonte de conflitos e consequentemente de quebra de qualidade na prestação desse serviço que, como é natural, é caro. Procuram-se gestores de prevenção e de informação empresarial.

7.3. Gestão do Conhecimento

A sociedade Linhas Aéreas de Angola, TAAG, no seu tarifário de bilhetes em vigor (2008 – Setembro), enquanto empresa estratégica de transportação aérea do Estado Angolano dispunha de três classes, com preços em bilhetes distribuídos por cinco níveis:

– 1ª Classe	– A –
– 1ª Classe	– B –
– Classe Executiva	– C –
– Classe Executiva	– D –
– Classe Económica	– Y –

Apesar da existência de regulamentos internacionais estabelecidos pela IATA, este sector estratégico de transporte dos Países com elevado desenvolvimento tecnológico nessas áreas, dispõe de pouca distribuição de informação aos utilizadores e quando ela existe é pouco divulgada.

Assim, os bilhetes A, B, C, D e Y, tinham preços diferentes. Pouca diferença fará a alguns utilizadores. Mas imaginemos quanto dinheiro é desperdiçado e (ou) aproveitado para quem não tenha acesso à informação ou até mesmo aqueles que tendo, vivem desse mecanismo promocional!

Vejamos o quão importante seria para a poupança estadual em Gestão de Mudança e de valorização desse conhecimento.

O rendimento das empresas também passa pela adequação de tecnologias em gestão da informação e do conhecimento.

7.4. Gestão de Sistemas de Informação e Comunicação

Os “download” (descarregamentos) tão usuais em tempo de excesso de consumo do produto informação, quando feitos a partir de determinados sites ou motores de busca, são muito dispendiosos.

O comércio electrónico bem como o comércio clássico normal, têm os institutos da procura e oferta, como em qualquer modelo económico disponível.

Contudo, ou porque os contractos não são devidamente interpretados (mormente a qualidade dos seus textos) ou é também pouco preocupante aos utilizadores do novo mundo do abundante produto electrónico, e só quando nos chegam as facturas a casa ou os extractos de pagamento bancário, nos apercebemos de somas avultadas, decorrentes do nosso uso dos *megabytes* em downloads e tempo electrónico ou comunicações consumidas.

Isso explica como em muitos dos nossos Países onde a Lei ainda não abre grandes oportunidades à concorrência leal, essa oferta de serviços é abusivamente dispendiosa, contrariamente à necessidade de ao cidadão ser dada a mesma oportunidade de acesso à informação com qualidade e verdade.

Procuram-se estudos jurídicos sobre prevenção em conflitos do produto electrónico informativo.

7.5. Gestão de Projectos

Já imaginaram quantas ideias circulam em cada um dos cidadãos de um determinado País? Mas há Países que investem (sector público e privado) em aquisição organizada de ideias, visando transformá-las a todo o custo, através de programas hoje electrónicos e disponíveis, em Projectos para o desenvolvimento, em todas as áreas do conhecimento humano.

Vejamos as experiências de Silicone Valley e ACSS (EUA), Empresas Caça Talentos (UK), Escola de Oficiais Gomes Spencer (Huambo – Angola), ou mesmo o Antigo Centro de Estudos Estratégicos Comandante Kapesi Kafundanga – CECKK (Cuando Cubango – Angola).

Há ainda muito poucas empresas nesse sector, o que leva a que nem mesmo as boas práticas sejam transmitidas de geração em geração, ou transformadas em conhecimento explícito, escrito e textualmente transmissível.

Recentemente, jovens estudantes de uma Escola Secundária em Portugal ganharam um concurso na Europa pela concretização de ideias sobre uma lancheira térmica para quentes e frios. Um outro jovem africano, criou um aparelho gerador de energia eléctrica primária.

Quanto mais empresas de gestão e transformação de ideias forem promovidas, menos conflitos de interesse poderão existir nas comunidades, sobretudo do mundo em vias de desenvolvimento.

É uma questão eminentemente de gestão do conhecimento e promoção de projectos, neste caso apenas gerir ideias prevenindo conflitos.

7.6. Gestão da Informação, da Incerteza e do Risco

“...Quem não sabe Matemática, nada sabe!” (Saudoso Engenheiro Guerra Marques – Prof. Universitário e Antigo Reitor da Universidade Dr. Agostinho Neto nos anos oitenta do século XX). “...Quem não sabe Filosofia, nada sabe” (Professor Doutor Fernando Mourão nas XII Jornadas Técnicas e Científicas da FESA em Angola no oitavo ano do século XXI).

Afirmações de ilustres construtores de sociedade da mesma geração! De facto a linguagem acompanha-nos por toda a vida, enquanto a incerteza e o risco, ao desafiar-nos sistemática e poderosamente, vão-nos despertando das vagas do esquecimento e do conhecimento não possuído.

Um aluno pós graduado em gestão e tecnologias de informação (GI/CI), que por força do modelo do antigo ensino português na opção letras ou ciências sociais, deixara de dialogar ou interagir com essa linguagem matemática ou filosófica, certamente que esses sete anos sem *matematicar ou filosofar* (neologismos ainda aplicáveis à era digital), dificilmente poderia estar à altura do saber interpretar a linguagem meramente científica da matemática de apoio à decisão, que é indispensável para essas cadeiras ou cátedras.

Há que divisar novos modelos de aprendizagem, consentâneos, para que o Engenheiro Guerra seja ao menos tido em memória e possamos reduzir os conflitos resultantes do fraco incentivo aos que dominam essa linguagem e tenham propensão à gestão da incerteza e risco, transformando-o em dados aplicáveis à optimização da decisão.

O saber, na verdade não ocupa lugar e a informação muito menos, sendo geralmente gratuita. É sim necessário organizar a sua gestão através das novas tecnologias ou integrando velhos e novos modelos: tradicionais e inovadores.

7.7. Gestão dos Media e Opinião Pública

O direito à informação e o dever de informar com verdade em sociedade de informação, contrastam perante o mutismo comunicacional e os aproveitamentos que têm passado impunemente aos olhos e memória dos respectivos beneficiários.

Será permitido que ao lesado em MOP (Media e Opinião Pública) sejam apresentadas em barras de tribunais, provas em sua defesa? E qual é a tribuna, quando o acesso a ela implica recursos e força da lei? Julgar a intenção de outrem pressupõe valores éticos compatíveis? Quando o crime de difamação a apresentar nessas circunstâncias, pode até ter causado danos e eventualmente morto a verdade, como redescobri-la? E quando as sociedades de informação se remetem ao conformismo investigativo por demasiado peso do

Estado sobre as dificuldades de promoção dos ideais de consciência nacional, agravado do parco investimento dos particulares em projectos de busca da verdade e conciliação de interesses, o que restará ao cidadão senão saber defender-se em fórum próprio?

A Lei é clara e contundente nisso; precisamos apenas de reflectir a quem competirá a harmonia do seu espírito e a sua eficácia.

O caso de duas cidadãs (uma angolana e a outra estrangeira) que ultrapassou a fronteira do publicamente aceitável em plena conclusão de campanhas eleitorais angolanas, transpareceu, desde a forma digna como surgiu o pedido apresentado oficialmente por intermediário aos dois maiores Partidos Angolanos (MPLA e UNITA), até aos meandros exploratórios da boa fé que se seguiram, uma contínua necessidade do reforço institucional e do debate em sociedade de informação.

A ciência jurídica e a jurisprudência afirmam *que o que não é proibido por Lei é pelo menos permitido*. Mas a moral e a Ética são abordadas apenas pela mesma Entidade autorizada? Que moral se tem para julgarmos a intenção de outrem? Será eticamente recomendável que casos como este façam parte das lições aprendidas? Que direito à indignação terá o cidadão comum perante os excessos opinativos (muitas vezes não sustentáveis) de *opinion makers* que invadem o nosso direito diário à privacidade de opinião própria?

Quem beneficiará das inverdades? Quem tirará vantagens da pobreza de espírito destrutivo? Qual é o papel do Estado na busca de equilíbrios que só a verdade pode promover? Mãe e filha, têm ou não o direito à liberdade de opinião e de expressão se assim o desejarem? Se o sonho comanda a vida, onde está a ciência política para comandar a verdade? É ao Provedor da Justiça a quem compete essa tarefa? É à Comissão Parlamentar dos Direitos Humanos apenas? E aos responsáveis pela gestão preventiva da informação e comunicação? E o universo de cidadãos que não sabe da verdade, como repor os danos causados? Onde se enquadrará o politicamente incorrecto quando tecnicamente correcto?

As tecnologias aplicadas ao conhecimento atingem universos anónimos ao mesmo tempo, mas a informação transmitida nem sempre pode ser ressalvada com o mesmo peso inicial: arrasta consigo conflitos comunicacionais. *Quid iuris?*

7.8. Gestão da prevenção de produtos de informação tecnológica

Este tema implica a inclusão e promoção em currículo académico apropriado geral, de pelo menos quatro variantes educacionais: gestão da prevenção de conflitos, gestão de produtos de informação, gestão da nova informação e gestão de tecnologias modernas.

Restará um espaço para o âmago da questão em gestão da prevenção de conflitos que tem a ver com as lideranças promotoras.

Parecendo pouco evidente, ser-se líder tem sido mais assinalável para a gestão de oportunidades, de vectores de dirigismo humano e de concretização pragmática e menos para o contributo à investigação científica, pese embora a existência de Comunidades Promotoras Universais como os Prémios Nobel, Sakarov e mais recentemente de Boa Governação, entre outros.

A problemática dos super dotados não tem sido devidamente abordada, à excepção de algumas companhias multinacionais que ao tomarem nota de tais excepções, promovem buscas sem condições à partida, à conquista dos mesmos e transferência para outros patamares do conhecimento.

Naturalmente que isso gera diversos conflitos nas famílias e meios comuns de lide dessas pessoas, que nem sempre encontram fóruns de diálogo e resolução, pois faltam gestores à prevenção e acima de tudo instituições de gestão para a prevenção de conflitos.

O mesmo acontece em relação ao surgimento de novos contextos civilizacionais de avanços científicos, de comunicação ou de transferência do conhecimento. Analise-se a actual crise de confiança despoletada pelo grave surgimento de um sector bancário com aproveitamentos estratégicos fora do comum, em pleno Século do desenvolvimento das tecnologias e gestão da informação. Há que estudar, caso a caso, para não se correr o risco da mera generalização por factos pouco investigados, meras notícias. Daí a necessidade do produto geral informação que deve evoluir até à exaustão – *intelligence*.

7.9. Gestão de valores promotores da estabilidade preventiva histórica

A escrita. Escrever para comunicar, para passar à história, para ter direitos⁵⁵. Muitos têm sido os sinais propiciadores da reflexão que fecha esta abordagem repleta ainda de diversas omissões, não intencionais.

Houve em determinado período da história e da juventude angolana, um marco cuja caracterização só aos historiadores competirá detalhar: o papel dos quadros que compu-

⁵⁵ SMIRNOV, Gueorgui; RODRIGUES, Isabel Maria de Oliveira – **Matemática: Origens e Aplicações**. Brasil: Escolar Editora, 2006. ISBN 9789725921890. p. 17.

tenham uma Unidade, a primeira convencional formada no estrangeiro e que representa a qualidade promotora de valores que ainda se preservam. Valores como o do respeito pelas decisões hierárquicas, a disciplina que nos impele a cumprir a todo o custo, o do patriotismo, lealdade e comprometimento para com a Nação, acima de tudo e em primeiro lugar.

Muitos dos quadros dessa Unidade Estratégica, são hoje o universo da qualidade e do saber fazer, distribuído pelos mais diversos sectores da sociedade civil e não só, a quem compete iniciar a escrita, para que o direito à memória colectiva nacional venha a ser honrado um dia, imperativamente.

Quem o escreve é certamente insuspeito quanto ao que aconteceu em circunstâncias que para muitas famílias foram de má memória. Mas é importante que seja referido o papel estruturante que essa juventude daquela época continua a desempenhar, apesar do esquecimento a que muitos desses quadros se encontram relegado, por nossa responsabilidade.

Como as Unidades Estratégicas de então, urge lembrar os feitos de tantas e tantos antigas(os) combatentes, suas famílias e descendentes, um mosaico cujo arco-íris é fonte de saber, de belas e heróicas lembranças; e uma vez bem gerido pode prevenir e assegurar a estabilidade perante inúmeros conflitos latentes. Diz a sabedoria popular que quem ignora a sua história, volta a cometer os mesmos erros.

Qualquer guerra civil gera pavores, mas também a necessidade de compreender quer o que aconteceu quer os modos da nova filosofia e ética de gestão da prevenção de novos conflitos, entre os quais a manutenção do silêncio daqueles que dispendo de novas tecnologias, devem valorizá-las na aproximação entre as pessoas do seu tempo, que sempre comunicaram e podem precisar de voltar a comunicar melhor e de forma mais assídua: afinal estamos todos em rede a partir do momento em que apertamos num simples botão.

Desta vez, o que se pretende é comunicar para informar que não há que ter medo das novas tecnologias; elas foram concebidas para todos os fins, menos o desperdício material e do conhecimento adquirido com tanto esmero. As cartas do passado foram baralhadas, mas o resultado para que o jogo seja ganho continua a ser o mesmo: *há que jogá-las!*⁵⁶

⁵⁶ PINTO, Jaime Nogueira – **Jogos Africanos**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008. ISBN 978-989-626-141-2. p.359.

Anexo H

Exemplos a ter em conta



Fig. 8 – Base de dados e interacção no sistema em segurança de informação

Fonte: Google.



Fig. 9 – Dois implantes digitais reais e funcionais nos EUA

Fonte: Google.

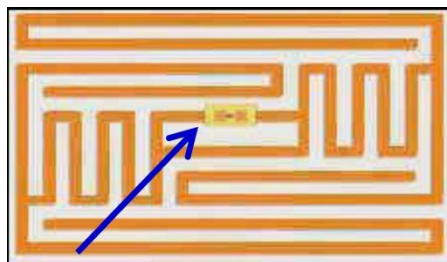


Fig. 10 – Uso actual do chip para leitura digital específica

Fonte: Google.

Anexo I

Síntese biográfica



Peregrino Isidro Wambu Chindondo

Idade: 54; Data de Nascimento: 03/05/1958; Localidade: Província do Huambo, Planalto Central de Angola; Nacionalidade: Angolana; Estado Civil: casado; Formação Académica: Certificado e Diploma de Língua Francesa – Alliance Française em Luanda (1996); Computadores – incluído Microsoft Word, Excel, Works, Access e PowerPoint (1996); Curso de Língua Inglesa por Correspondência – Oxford (1998); Licenciatura em Ciências Jurídico Económicas pela Universidade Pública de Coimbra (2002); Pós-graduação em Gestão e Tecnologias de Informação – Academia Militar em Lisboa (2007/2008) e Mestrando em Guerra de Informação/Competitive Intelligence (2008/2012). Fala e escreve Português, Francês, Inglês e Umbundu. Treino e formação militar no Reino Unido, África do Sul, Suíça, Alemanha Federal e EUA; Experiência de Combate em Angola desde 1976 até 1992 – duas vezes gravemente ferido em combate; um dos Negociadores dos Acordos de Paz em Angola de 1987 a 1992 no antigo Zaire e Portugal. Postos militares: promoções desde Tenente, em 1978, a General de três estrelas, em 1988; Conselheiro de dois Chefes do Estado Maior General durante 10 anos (1993 a 2003), em Angola; Chefe dos Serviços de Inteligência Militar (SIMI 1978/1992), membro do Comando Operacional Estratégico (COPE), do Comité Central e do Bureau Político da UNITA; Presidente da Associação Desportiva da Resistência Nacional Angolana; Professor de Língua Inglesa na Champion English School, em Luanda (1994-1996); Comandante e Director Geral do Instituto Superior de Ensino Militar das Forças Armadas de Angola, em Luanda (2003-2006); Facilitador/Conferencista do Centro Africano de Estudos Estratégicos (ACSS) da Universidade de Defesa Norte Americana (2005-2008). Outras funções associativas de destaque desempenhadas: Presidente do Conselho de Direcção da KIMINHA – Cooperativa Promotora do Desenvolvimento Sustentável; Presidente do Conselho de Administração da Associação dos Antigos Estudantes da Missão do Dondi; Consultor de Empresas; Sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Competitive Intelligence & Information Warfare Association Club (CIWAC), Vogal do Clube Desportivo 1º de Agosto, Membro fundador da Casa de Angola e Casa Lusófona de Coimbra e Sócio da Associação Académica de Coimbra; Actualmente: Conselheiro do CEMG das FAA para a área contratual, desde 2011, Docente da Universidade Metodista de Angola (desde 2009) e Advogado. Contactos: e-mail: pity3558@gmail.com e peregrino.chindondo2011@hotmail.com; telefones: em Angola 923418227 e 912507896; em Portugal 962379800.

BIBLIOGRAFIA

ACOT, Pascal – **História das Ciências**. Lisboa: Edições 70, 2001. ISBN 972-44-1074-9.

AMARAL, Paulo Cardoso. – Guerra de Informação e Inteligência Competitiva. Conferência. Lisboa: Sociedade de Geografia, 2008-05-29.

BALL, Nicole – The Challenge of Rebuilding War-Torn Societies. In CROCKER, Chester A. (ed.); HAMPSON, Fen Osler (ed.); AALL, Pamela (ed.) – “Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflict”. Washington: United States Institute of Peace, 2001. ISBN 1-929223-27-7. Parte V, 42, p. 719-736.

BERTRAND, Claude-Jean – **A Deontologia dos Media**. Coleção Comunicação. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002. ISBN 972-798-040-6.

BRANDÃO, Nuno Goulart – **Espectáculo das Notícias**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. ISBN 9789724613680.

CAMPONEZ, Carlos – **Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional**. Vol. 27 da Coleção Comunicação. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002. ISBN 972-798-048-1.

CASTELLS, Manuel – **A Sociedade em Rede: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. 1. 6.^a ed. São Paulo: Paz e Terra S. A., 1999. ISBN 9788577530366.

CCFA (1992), Despacho N° 8 da Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas Angolanas.

CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno – **Angola: The Weight of History**. New York: Columbia University Press, cop. 2008. ISBN 978-0-231-70015-3.

CHINDONDO, Peregrino – **A Segurança é Chave para uma Boa Governação**. Luanda: Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA), 2003. p. 7.

CHINDONDO, Peregrino – Relações cívico-militares e o controlo democrático sobre a Polícia e as Forças de Segurança. Conferência. Angola: Instituto Superior de Ensino Militar (ISEM), 2003-09-19.

Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses. In Sindicato dos Jornalistas. [Consult. 2008-06-04]. Disponível em URL: <http://www.jornalistas.eu/?n=24>.

COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas – **Understanding Civil War (volume 1: Africa): Evidence and Analysis**. Washington: The World Bank, 2005. ISBN 978-0- 8213-6047-7.

CORREIA, Adérito; SOUSA, Bornito de – **Angola: História Constitucional**. Coimbra: Almedina Coimbra, 1996. ISBN 9-7240-0923-8.

COSTA, Pedro Barros – António Barreto [et. al.]. Semanário FOCUS. Lisboa. N.º 526 (2005).

DINIS, José António Henriques – **Guerra de Informação: Perspectivas de Segurança e Competitividade**. Lisboa: Edições Sílabo, 2005. ISBN: 972-618-375-8.

DINIS, José Armando Ramos Pessoa – **Princípios e Fundamentos da Arte Operacional na Era da Informação**. 2007.

DOLZA, Luisa – **História da Tecnologia: As Grandes Etapas do Desenvolvimento Económico e Técnico da Humanidade**. Lisboa: Teorema, 2009. ISBN 978-972-695-888-8.

FARIA, Helena Aldir – **Media e Opinião Pública**. Lisboa: Academia Militar de Lisboa, 2007. Tese de Pós-Graduação, especialidade em Guerra de Informação e Inteligência Competitiva.

FRANCO, Mário – **Movisão, a televisão-móvel**. Lisboa: Opúsculos Nómadas, 2006. ISBN 989-95204-0-3.

FRIEDMAN, Thomas L. – **O Mundo é Plano: Uma História Breve do Século XXI**. Lisboa: Actual Editora, 2005. ISBN 0-374-29288-4.

GHYCZY, Tiha Von; OETINGER, Bolko; BASSFORD, Christ – **Clausewitz e a Estratégia**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. ISBN 8535209280.

HALL, Arthur D. – **A Methodology for Systems Engineering**. [S.l.]: Van Nostrand Reinhold, 1962. ISBN 0442030460.

KLEIN, Gary – **Sources of Power: How People Make Decisions**. London: MIT Press Ltd, 1999. ISBN 9780262611466.

LA BAUME, Renaud de; BERTOLUS, Jean-Jérôme, co-aut. – **A Louca História dos Multimédia: os novos senhores do mundo**. Lisboa: Teorema, cop. 1995. ISBN 972-695-256-5.

LANDES, David S. – **A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres**. Lisboa: Gradiva, 2001. ISBN 978-972-662-804-0.

LEITE, Arnaldo – Reflexões sobre a problemática da Desmobilização Militar. Texto Conferência. Lisboa: Cooperativas Portuguesas, 2002-05-18.

MALONE, David M.; NITZSCHKE, Heiko – Economic Agendas in Civil Wars: what we know, what we need to know. UNU – WIDER Discussion Paper. Helsinki, Finland: United Nations University, World Institute for Development Economics Research. ISSN 1609-5774. N.º 2005/07 (2005).

MAQUIAVEL, Nicolau – **Da Guerra e da Paz**. Vialonga: Coisas de Ler, 2007. ISBN 9789728710668.

MILLS, Greg – The Economical Development of Africa. Conferência. África: Brenthurst Foundation, 2009-09-25.

MILLS, Greg [et. al.] – Trade, development and security in Africa: all sides of the same coin?. Whitehall Paper. London: Royal United Services Institute for Defense Studies. ISSN 0268-1307. N.º 65 (2005).

MOREIRA, Vital – Globalização e Estado Regulador. Conferência. Coimbra: Faculdade de Direito, 2002-03-09.

OCKRENT, Christine; MARENCHES, Comte de – **Dans le secret des princes**. Le livre de poche. Paris: Stock, 1986. ISBN 2-253-04293-5.

PENA, António de Oliveira – **A Comunicação como forma para reduzir a incerteza em situações complexas de decisão**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Maio de 2005. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Ciências Sociais.

PINTO, Jaime Nogueira – **Jogos Africanos**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008. ISBN: 978-989-626-141-2.

PIRE, Dominique – **Construir a Paz**. Porto: Paisagem, 1970.

PORTER, Michael – **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. ISBN 85-7001-558-5.

PORTO, João Gomes; Institute for Security Studies (South Africa) – **Sustaining the Peace in Angola: An Overview of Current Demobilization, Disarmament and Reintegration**. ISS Monograph Series. South Africa: Institute for Security Studies, 2003. ISBN 1919913289.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista – **Metodologia de Pesquisa**. 3.^a ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006. ISBN 9788586804939. p. 114.

SANTOS, António Almeida – **A Globalização: um processo em desenvolvimento**. Coleção Pontos de Vista. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. ISBN 978-972-771-813-9.

SANTOS, José Rodrigues – **A Verdade da Guerra**. 6.^a ed. Lisboa: Gradiva, 2005. ISBN 972-662-867-9.

SAPIR, Jacques – **Que economia para o século XXI**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. ISBN 978-972-771-889-4.

SMIRNOV, Gueorgui; RODRIGUES, Isabel Maria de Oliveira – **Matemática: Origens e Aplicações**. Brasil: Escolar Editora, 2006. ISBN 9789725921890.

SOARES, Mário; PINTO, Sérgio Sousa – **Diálogo de gerações: sobre Portugal, o Socialismo, a Europa e a Globalização**. Lisboa: Temas e Debates, 2004. ISBN 972-759-726.

SPENGLER, Oswald – **O Homem e a Técnica**. Coleção Filosofia e Ensaios. 2.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1993. ISBN 972-665-158-1.

TAPSCOTT, Don; CASTON, Art – **Paradigm Shift: The New Promise of Information Technology**. New York: McGraw-Hill, 1993. ISBN 0-07-062857-2.

TOFFLER, Alvin e Heidi – **A Revolução da Riqueza: Como será criada e como alterará as nossas vidas**. 2.^a ed. Lisboa: Actual Editora, 2007. ISBN 989-9514-95-0.

VIDAL, Nuno – The Angolan Regime and the Move to Multiparty Politics. In CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno – “Angola: The Weight of History”. New York: Columbia University Press, cop. 2008. ISBN 978-0-231-70015-3. Cap. 4 (p. 124-174).

Outras Fontes: Entrevistas

Armindo da Costa Gameiro, Mestre (Professor e Vice Reitor da Universidade Metodista de Angola – 2010).

Beatriz David Buiti Lombo Francisco, Jurista e Pós- Graduada (Universidade Metodista de Angola – 2010).

Domingos Jardo Muecália, Mestre em Desenvolvimento (Residente nos EUA – 2009).

Fonseca Emmanuel Chindondo, Politólogo e General Reformado (Antigo Vice-Ministro da Comunicação Social de Angola – 2009).

Idalina Beatriz Njivala Chimuanga da Cruz, Prof.^a (Gestora de Empreendimentos Privados na Cidade do Huambo – 2009).

José Eduardo do Carmo Nelumba, Médico, Prof. Doutor (Deputado à Assembleia Nacional – 2009).

José Vieira Dias Vandúnem, Médico (Ministro da Saúde de Angola – 2009).

Katila Vilar, Arquitecta, Mestre (Atelier Costa Lopes Arquitectos – 2009).

Luís Kondjimbe, Padre (Prof. Universitário – 2009).

Manuel Mariano, Prof. Doutor, Médico (Antigo PCA do Hospital Américo Boavida – 2009).